



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE HISTÓRIA**

MÁRCIA ZELINDA BOCCHI SIMON

**HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE
FELIZ ANO VELHO DE MARCELO RUBENS PAIVA**

**ERECHIM
2014**

MÁRCIA ZELINDA BOCCHI SIMON

**HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE
FELIZ ANO VELHO DE MARCELO RUBENS PAIVA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
Licenciado em História da Universidade Federal da
Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga

ERECHIM

2014

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Simon, Marcia Zelinda Bocchi.
História, Literatura e Memória: Um estudo de caso a
partir de Felis Ano Velho de Marcelo Rubens Paiva/
Marcia Zelinda Bocchi Simon. -- 2014.
63 f.iii.

Orientador: Gerson Wason Fraga.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História, Erechim, RS, 2014.

1. História. 2. Literatura. 3. Memória. 4. Ditadura
Militar. 5. Felis Ano Velho. I. Fraga, Gerson Wason.
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação de Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(s) autor(s).

MÁRCIA ZELINDA BOCCHI SIMON

**HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DE
FELIZ ANO VELHO DE MARCELO RUBENS PAIVA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 28/11/14.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga – UFFS

Prof. Dr. Gerson Luis EgasSevero – UFFS

Prof. Dr. Roberto Carlos Ribeiro – UFFS

Descobri que minha obsessão por cada coisa em seu lugar, cada assunto em seu tempo, cada palavra em seu estilo, não era o prêmio merecido de uma mente em ordem, mas, pelo contrário, todo um sistema de simulação inventado por mim para ocultar a desordem da minha natureza. Descobri que não sou disciplinado por virtude, e sim como reação contra a minha negligência; que pareço generoso para encobrir minha mesquinhez, que me faço passar por prudente quando na verdade sou desconfiado e sempre penso o pior, que sou conciliador para não sucumbir às minhas cóleras reprimidas, que só sou pontual para que ninguém saiba como pouco me importa o tempo alheio.(GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1	11
1.1 Relação entre História e Literatura.....	11
1.2 Livro como objeto de estudo e monumento de memória	16
1.3 “Narrativa Testemunho”	20
CAPÍTULO 2	26
2.1 O contexto político do Golpe Civil-Militar de 1964.....	26
2.2 Políticas de censura e censura à literatura	32
2.3 <i>Feliz Ano Velho</i> : Retrospectiva da publicação e trajetória do livro, peça e filme	34
CAPÍTULO 3	42
3.1 A narrativa como memória e como memória coletiva	42
3.2 Acontecimentos atuais no “Caso Rubens Paiva”	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	59

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Marcelo Rubens Paiva autografa seu livro.....	36
Fotografia 2 – Marcelo Rubens Paiva autografa livro, com Eduardo Suplicy ao lado	37
Fotografia 3– Alceu Valença cumprimenta Marcelo Rubens Paiva em Pernambuco	37
Fotografia 4– Capa da última edição do livro <i>Feliz Ano Velho</i>	38
Fotografia 5– Elenco da peça <i>Feliz Ano Velho</i> em 1983.....	39
Fotografia 6 – Busto de Rubens Paiva no dia da inauguração.....	55
Fotografia 7 – À direita da foto, a filha de Rubens, Vera Paiva.....	55

RESUMO

Este trabalho é resultado de reflexões acerca da relação entre a História e a Literatura. O objetivo principal é analisar a forma como estas duas áreas do conhecimento se relacionam e se é possível que um livro de não ficção integre a memória coletiva. Para isto, utilizo como objeto de estudo o livro *Feliz Ano Velho*, de Marcelo Rubens Paiva (1982), que elabora seu texto a partir das suas memórias pessoais que se entrelaçam a acontecimentos do período ditatorial pós-64 no Brasil. O livro é identificado como um monumento de memória a partir das reflexões de Jacques Le Goff, que nos permite reconhecê-lo também como um documento, além de trazer à tona a concepção de “narrativa testemunho” que cabe à obra escolhida. Em seguida, é exposto o contexto político e social do Brasil, no período em que o livro foi escrito, além de expor a forma como ocorria a política de censura à literatura. Informações sobre Rubens Paiva, pai do autor, e a trajetória do livro desde seu lançamento também são trabalhados. E, por fim, analisamos a questão memorialística e a construção da memória coletiva, tendo como objeto o livro e suas informações, além de reunir alguns apontamentos atuais sobre o caso Rubens Paiva que se fizeram presentes nos últimos meses, enquanto o trabalho vinha sendo elaborado.

Palavras-chave: História. Literatura. Memória. Ditadura Civil Militar. *Feliz Ano Velho*

ABSTRACT

This work is the result of thoughts about the relationship between History and Literature. The main objective is to analyse how this two knowledge areas relate each other and if it is possible that a non-fiction book integrates the collective memory. For this, I use as a subject of study the book *FelizAno Velho*, by Marcelo Rubens Paiva (1982), that prepares his text from his personal memories that intertwine with the events of the dictatorship period post-64 in Brazil. The book is identified as a memory monument because of the reflections of Jacques Le Goff, which allows us to recognize it as a document too, and also bring up the conception of “narrative-testimony” that fits in the chosen work. Then, it is exposed Brazil’s political and social context, in the period that the book was written, and even shows how the censorship policy occurred to Literature. Informations about Rubens Paiva, author's father, and the book’s trajectory since its publication are also remembered. And, finally, it was analyzed the memorialistic question and the building of the collective memory, having as subject the book and his informations, besides gather some current notes about the case Rubens Paiva that were present in the last months, while the work was being done.

Keywords: History. Literature.Memory.Civil Military Dictatorship.*Happy old year*

Introdução

A partir do interesse em estudar Literatura na História, aliado ao fascínio histórico pelo recente período ditatorial do Brasil, a proposta deste trabalho começou a tomar formas. A escolha se deu, primeiramente, por se tratar de Literatura e, segundo, porque se trata de uma “narrativa testemunho” de um período que muito me interessa historicamente. E embora a opção pelo livro *Feliz Ano Velho* tenha sido quase que passional, mais tarde fez com que as agregações acerca da história do seu contexto ganhassem mais força e sentido. O objetivo inicial é analisar a forma como a História e a Literatura se relacionam, considerando a construção da memória e da memória coletiva a partir de um monumento histórico que é o livro.

Assim que as pesquisas e leituras se iniciaram e entramos em contato com a historiografia brasileira sobre o período militar, foi possível observar alguns movimentos da sociedade brasileira, historicamente muito interessantes, que foram bastante além do que Marcelo Rubens Paiva retrata em seu livro. Todo movimento que culminou no próprio golpe de 1964; as ações dos que firmemente se colocavam contra a nova forma de governança nacional; as organizações que constituíram a tentativa de guerrilha urbana e rural; o fechamento total da ditadura com o AI-5 em 1968; a prática da censura a artistas, livros, filmes; e mais muitos tipos de repressão que se instalaram no país por quase 21 anos.

É nítido, tanto quanto reconhecível que a historiografia sobre esse período brasileiro é longa. Seja de uma perspectiva política, cultural ou sociológica, são muitos os escritos de historiadores, jornalistas, sociólogos e professores de diversas áreas, sobre a ditadura que se apropriou do Brasil no pós-64. Além de estudos historiográficos, muitos testemunhos surgiram, embora menos pesquisados. Além de seus conteúdos serem muitas vezes de uma “clareza” histórica importantíssima, suas formas narrativas e suas escolhas estéticas podem ser também muito pertinentes. Tome-se como exemplo o próprio livro *Feliz Ano Velho*, objeto desse trabalho.

Assim, este trabalho tenta fazer uma contribuição à historiografia que pensa a cultura produzida no Brasil no período ditatorial e sobre ele. Acreditamos que sobre um período marcado por censura (até hoje os arquivos da ditadura não foram totalmente abertos e os casos costumam a ser julgados), quaisquer tentativas – sejam

através de entrevistas, livros, filmes, jornais – de aprofundar os estudos na direção de tentar entender os motivos daquilo tudo, são apropriadas.

A principal análise deste trabalho gira em torno do livro *Feliz Ano Velho*, e da relação que a História e a Literatura entrelaçam a partir das inferências dos temas abordados na obra. Sendo assim, para que essa relação seja entendida, no primeiro capítulo, é apresentado um esboço das correntes historiográficas que permitiram essa relação. O primeiro sinal, a partir de 1940, pode ser dado a partir da conhecida História das Mentalidades, mais tarde substituída e ampliada pela História Cultural e que por sua vez foi alternada pela atual Nova História Cultural, utilizando principalmente as teorias de Ronaldo Vainfas na obra *Domínios da História*.

A seguir, o livro é tratado como objeto de estudo/monumento de memória a partir das reflexões de Le Goff, que nos permite reconhecê-lo também como sendo um documento, o que faz com que analisemos a possibilidade da construção da memória coletiva acerca deste livro. E depois, trazemos à tona a concepção de “narrativa testemunho” a partir da obra escolhida, que se enquadra em uma literatura de não-ficção e que faz uso de contextos históricos atrelados à testemunha que usa de sua memória para compor determinadas situações

No segundo capítulo, para que haja coerência nas interpretações feitas a partir das teorias expostas anteriormente, o trabalho encarrega-se de trazer um contexto do período ditatorial vivenciado no Brasil, fazendo um breve resgate histórico sobre os passos que antecederam o golpe e o que se sucedeu.

Depois de lembrado o AI-5, é trazido à tona um esboço da trajetória de Rubens Paiva, pai do escritor, bastante citado no livro e mais um dos desaparecidos políticos do período. Além disso, como consequência desse período, são mencionadas notas sobre a política de censura, especificamente da censura a literatura do período, acrescido da retrospectiva da trajetória do livro escolhido para contemplar esse trabalho, desde seu lançamento até os dias atuais, abrangendo também informações sobre a peça teatral e o filme que foram adaptações da obra literária.

Por fim, no terceiro capítulo, o trabalho faz uma análise sobre a questão memorialística e da construção da memória coletiva, pois entendemos que o resgate de fatos históricos e políticos transmitidos pelo narrador e as suas colocações memorialistas se usam do seu testemunho para compor sua obra literária. É nesse sentido que o memorialismo que está presente na obra em questão nos dá a

oportunidade de entender uma série de características pessoais, sociais e culturais que moldaram a postura política do autor que é um jovem que viveu no período ditatorial e que teve a partir de uma tragédia pessoal, uma história também particular com esse período. A seguir, o trabalho reúne alguns apontamentos sobre o caso Rubens Paiva, bastante recentes que se fizeram presentes no decorrer da feitura deste trabalho.

Vale lembrar ainda, que esse livro foi publicado em torno da Lei de Anistia brasileira, de 1979, que começa a enfraquecer a censura e desconsiderar essas obras como material inapropriado. Nesse sentido podemos lembrar o papel político importante que tais memórias assumiram, não só no Brasil, como em toda América Latina quando as ditaduras começaram a ruir. Sem dúvida nenhuma, os testemunhos foram fundamentais pela luta da restauração de um domínio público de direitos e assumiram uma poderosa arma contra o terrorismo de Estado.

Sabe-se que muitos documentos foram destruídos e extraviados, centenas de mortos nunca foram encontrados, e que a lista de desaparecidos é uma realidade até os dias de hoje. A Literatura de Testemunho veio no sentido de desvendar alguns segredos e artimanhas do próprio sistema ditatorial. Mortes que as testemunhas presenciaram, conversas que ouviram, o próprio encarceramento e a tortura, enfim, todos os elementos que fazem parte da narrativa testemunhal. E embora no Brasil o processo de abertura de arquivo e condenação dos criminosos esteja sendo tardio e lento, sabemos que os testemunhos foram essenciais em países como a Argentina e o Chile, por exemplo, que condenaram, já nos anos 1980, generais e soldados comprovadamente criminosos.

E é óbvio também que reconhecemos que as lutas políticas e sociais se mantêm nos campos da memória até hoje, pois os períodos passados na sociedade em que vivemos podem ser resgatados de inúmeras maneiras. No entanto, é o trabalho do historiador que agrega significados e sentidos para esses períodos contextualizados a partir de complexidades e enlaces históricos. Dentro de uma perspectiva de História voltada para as expressões da sociedade, foi que esse trabalho recorreu a Marcelo Rubens Paiva e ao seu primeiro livro, *Feliz Ano Velho*, lançado em 1982 para ser o objeto de estudo e um monumento de memória.

A literatura enquanto vestígio do passado consiste em um registro documental privilegiado para a construção de nosso conhecimento historiográfico, já que permite

a possibilidade da percepção de aspectos de extrema relevância para a interpretação e compreensão do universo cultural, social e político.

Ao fazermos um estudo historiográfico recorrendo ao texto literário, não nos isentamos do uso de uma fundamentação teórica e conceitual, desenvolvida pela História de forma geral e pela chamada História Cultural de modo mais específico. Fundamentação que enfatiza, de forma ampla, os vários vínculos existentes entre arte e sociedade, entre ficção e realidade, apontando as raízes histórico-culturais das práticas, das ideias, das formas de pensamento e de ação, assim como dos processos de representação, dentre eles o literário – nossa principal relação no presente trabalho.

Entendemos que o livro *Feliz Ano Velho*, tal como outros tipos de documentos, são permeados de subjetividades e representações, não constituindo um retrato total da realidade que busca representar, mas que em contrapartida nos traz uma série de elementos e informações sobre o período narrado e os tons desse período. Como Le Goff (1990) afirma:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1990, p. 470)

E para finalizar esta introdução, memoramos com o intuito de refletir, uma colocação do Cardeal Arns, no seu livro *Brasil Nunca Mais* (1985), que foi um marco histórico sobre o período ditatorial no Brasil:

Em nome de uma “democracia”, caberia rasgar a Constituição, depor o presidente João Goulart, fechar o Congresso Nacional, suspender garantias dos cidadãos, prender, torturar e assassinar, como terminou ocorrendo no regime inspirado pela Doutrina de Segurança Nacional. (CARDEAL ARNS, 1985, p. 71)

Enfim, é mais do que necessário recordar, analisar e tentar entender o que aconteceu neste passado tão recente na história do nosso país. Afinal, o passado está aqui, tão próximo que podemos não só visitá-lo, como reconhecê-lo a partir dos seus personagens que ainda estão inseridos na nossa sociedade. Reconhecer essa parte da História do Brasil vai além de tentar entendê-la somente, é necessário repudiá-la e, para isso é imprescindível estudá-la criticamente.

CAPÍTULO 1

1.1 Relação entre História e Literatura

Para discorrer sobre a relação entre História e Literatura, é necessário primeiramente falarmos sobre algumas correntes historiográficas que perpassaram por essa relação. O primeiro sinal pode ser dado a partir da conhecida História das Mentalidades, mais tarde substituída e ampliada pela História Cultural e que por sua vez foi alternada pela atual Nova História Cultural.

A História das Mentalidades, que ascendeu a partir dos anos 1940, abriu espaço para a investigação dos textos literários e, tão logo, propiciou o uso da literatura como fonte para a pesquisa histórica. O precursor dessa abordagem foi LucienFebvre¹, que demonstrou grande suscetibilidade para este tipo de fonte.

Para darmos conta de compreender a sucessão que é feita neste campo a partir da História das Mentalidades, primeiramente, em ordem cronológica, podemos partir da concepção de Ronaldo Vainfas (1997), que traz:

A história das mentalidades, disciplina genuinamente francesa, tem cumprido, pois, uma trajetória peculiar. Contestada desde o início, na França, quer por afastar-se da tradição dos *Annales*, quer por dela herdar os defeitos. Criticada por ser “demasiadamente antropológica”, ao privilegiar a estagnação das estruturas na longa duração, ou condenada, pelo contrário, por ser “insuficientemente antropológica”, ao julgar o *outillage* mental de sociedades passadas a luz da racionalidade contemporânea. Acusada de ser pretensiosamente “nova”, seja por instaurar modismos tão atraentes quanto passageiros, seja por reeditar o antigo estilo historizante de fazer história, o factualismo, a narrativa memorialista etc. (VAINFAS, 1997, p. 190)

Esse conceito e nomenclatura desta corrente historiográfica tinham por base uma produção bastante francesa, que foi o berço desta área de pesquisa. Dela podemos levantar três variantes principais: A primeira como sendo uma herdeira da tradição dos *Annales*; a segunda como uma história das mentalidades assumidamente marxista, preocupada em relacionar os conceitos de mentalidade e ideologia; e a terceira como uma história descompromissada de discutir teoricamente os objetos, e unicamente dedicada a descrever e narrar épocas ou

1 Francês, nascido em 1878 e falecido em 1956, foi um historiador, que ao lado de Marc Bloch fundou a revista dos *Annales* na França na primeira metade do século XX. Publicou também diversas obras importantes na área da história das Mentalidades.

episódios do passado. Essas três maneiras de fazer a História das Mentalidades são as que devem ser levadas em conta num balanço crítico de conjunto, inclusive para que se possa avaliar sem preconceitos, as potencialidades e limitações desse campo de estudos.

Em seguida, a História das Mentalidades passa a ser denominada História Cultural. Essa significativa mudança de nome a torna mais abrangente e é ascendida por uma nova geração de historiadores franceses, a partir da década de 1970. Sobre isso, Vainfas assegura que a mudança é, no entanto, da uma consistência maior nos seus estudos e segue afirmando:

O grande refúgio da história das mentalidades foi, contudo, o da chamada história cultural, refúgio este sim mais consistente, posto que, em suas principais versões, procurou defender a legitimidade do estudo do “mental” sem abrir mão da própria história como disciplina ou ciência específica — o que não é de menos importância —, e buscando corrigir as imperfeições teóricas que marcaram a corrente das mentalidades dos anos 70. (VAINFAS, 1997, p. 220)

E vai além ao acrescentar:

A primeira característica do que hoje se chama de história cultural reside, justamente, na sua rejeição ao conceito de mentalidades, considerado excessivamente vago, ambíguo e impreciso quanto às relações entre o mental e o todo social. Os “historiadores da cultura” que, diga-se de passagem, parecem sentir-se mais a vontade em assumir este rótulo no lugar das mentalidades, não chegam propriamente a negar a relevância dos estudos sobre o mental. Não recusam, pelo contrário, a aproximação com a antropologia, nem a longa duração. E longe estão de rejeitar os temas das mentalidades e a valorização do cotidiano, para não falar da micro-história, por muitos considerada legítima, desde que feitas as conexões entremicrorrecortes e sociedade global. É lícito afirmar, portanto, que a história cultural é, neste sentido, um outro nome para aquilo que, nos anos 70, era chamado de história das mentalidades. (VAINFAS, 1997, p. 220-221)

Por fim, para chegarmos de fato na relação entre História e Literatura, é necessário entender a terceira alternância que decorre da própria História Cultural, intitulada como sendo a Nova História Cultural. Eis que esta é um tanto distinta de sua antecessora e pode ser facilmente reconhecida com mais uma afirmação de Vainfas, que coloca que coloca:

A chamada Nova História cultural não recusa de modo algum as expressões culturais das elites ou classes “letradas”, mas revela especial apreço, tal como a história das mentalidades, pelas manifestações das massas

anônimas: as festas, asexistências, as crenças heterodoxas... Em uma palavra, a Nova História cultural revela uma especial afeição pelo informal e, sobretudo, pelo popular. Nova coincidência, convém frisar, entre a história cultural e a das mentalidades: o distanciamento em relação a chamada história das idéias, história do pensamento formal, da filosofia ou dos “grandes pensadores”. (VAINFAS, 1997, p. 223)

E é a partir dessa sucessão que se torna possível identificar e reconhecer como foi desenvolvida essa estreita relação entre a História e a Literatura, ambas as áreas que podem estar em um mesmo campo de estudo. Pois é possível, a partir da escolha do historiador, desdobrá-las e concomitá-las objetivando o auxílio mútuo em uma análise que envolva tanto História como Literatura. Essas relações se estabelecem e se explicitam a partir da metade do século XX, abrangendo, sobretudo a década de 1970 em diante, quando a História adota uma postura mais ajustada sobre o uso da Literatura na categoria de fonte.

Se pensarmos no Brasil, podemos mencionar que a importância da Literatura na pesquisa das ciências humanas realmente ganhou espaço um pouco mais tarde, a partir da década de 1980, com as novas propostas da História Social e Cultural. A partir de então essa linha de estudos tornou-se abundante e gerou trabalhos relevantes.

Sabe-se que a abordagem histórica que utiliza novas formas de pensar e agir a partir de um olhar plural está inserido na Nova História Cultural, como anteriormente mencionado. E essa moderna obliquidade ampliou novos tipos de metodologias e objetos para o historiador e se ascendeu a partir da crise de padrões explicativos da realidade nas recentes décadas de 1960 e 1970, principalmente.

Pensando nos pressupostos da Nova História Cultural, compreendendo-a como recente modalidade de História, também podemos analisar o que José D’Assunção Barros (2011) afirma:

Em linhas gerais, pode-se dizer que as diversas correntes identificáveis no âmbito da História Cultural relacionam-se a diálogos interdisciplinares mais específicos, envolvendo as relações da História com outros campos de saber, como a Antropologia, a linguística, a psicologia ou a ciência política.²

2BARROS, José D’Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, p. 38-63, nov. 2011. ISSN 2237-8871. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria>>. Acesso em: 12 Set. 2014.

As mudanças desencadeadas pela Nova História Cultural também podem ser entendidas como uma crise que provocou mudanças epistemológicas densas. Em relação a essas mudanças, a historiadora Sandra JatahyPesavento faz uma reflexão em seu livro *História & história cultural* (2003) e retrata que é necessário levar em conta o ambiente internacional, onde imperam os sintomas de mudanças dos anos 1970, como a ascensão do feminismo, a Guerra Fria e a emblemática Guerra do Vietnã. Ainda, segundo Pesavento (2003), o Marxismo e os *Annales* serão os principais criticados, pois é de dentro deles que ocorre o impulso da renovação e surgimento da nova corrente historiográfica, como já citado, denominada de Nova História Cultural.

Esta abordagem histórica possibilita através de mudanças epistemológicas e ampliação dos campos temáticos, um alargamento de objetos e fontes ao historiador. E dentre estes campos temáticos destaca-se a relação Literatura e História, que se torna um campo de investigação que se apresenta de forma expressiva neste âmbito, sendo papel da História colocar as questões e formular as perguntas, enquanto a literatura pode aparecer como fonte.

Reforçando isso, Pesavento (2003) afirma também que:

A Literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. (...) é a literatura que fornece os indícios para pensar como e por que as pessoas agiam desta e daquela forma. (PESAVENTO, 2005, p. 82-83)

Nesses meandros, é perceptível ainda que quando se trata da História e da Literatura, podemos afirmar que ambas trabalham com a reconfiguração de um tempo passado na composição narrativa. O caráter de contextualização dos fatos narrados, consistentes para a coerência de sentido contida no texto, está presente no campo da história e, frequentemente, no da literatura.

Sendo assim, de acordo com Leenhardt e Pesavento no livro *Discurso histórico e narrativa literária* (1998):

A narrativa literária não exige a “pesquisa documental”, típica da atividade do historiador e que se encontra na base de seu trabalho, mas não dispensa o conhecimento daquele conjunto de informações que lhe dará o suporte para a contextualização da narrativa. Mas a narrativa literária se permite trilhar outros caminhos, que passam pela estética, pela poesia, a

sua relação com os “traços da passeidade” é mais liberada (LEENHARDT e PESAVENTO, 1998, p. 11).

É necessário destacar ainda, que o uso da literatura como fonte histórica não é algo restrito à História Cultural. Avesso a isso, é possível notar que desde o século XVIII discute-se sua importância como fonte. O que ocorre na esfera dessas novas discussões é um aperfeiçoamento da forma de interpretar essa fonte, e dentre essas, podemos destacar a busca de “representações” contidas nos textos literários.

A História pode ser enriquecida neste ambiente e no seu campo de análise nesta dimensão cultural, pois se a narrativa literária é ilustrativa de sua época, pode se configurar como uma fonte privilegiada ao historiador por dar acesso especial ao imaginário. Dessa maneira é possível verificar através de traços e pistas descritas, o que outras fontes não lhe dariam. Estar atento às especificidades que cada obra literária pode conter, bem como ao fato de cada obra estar historicamente situada em um determinado contexto é de fundamental importância ao historiador que comunga com a literatura, pois é dessa forma que se pode perceber a relação entre aquilo que o texto literário diz e o “real”, a História.

É importante salientar que a partir do surgimento da Nova História Cultural, um lugar para que se pense a realidade, além de empírica e simbólica, é inaugurado. Nele, se concentram essencialmente várias formas de representações dos grupos humanos, sejam sociais, culturais ou políticos. E a partir dessa concepção, as representações percebidas dão sentido ao que chamamos de realidade. Dessa maneira, o tipo de História que tomava conta da produção histórica até a primeira metade do século 20 vai perdendo seu espaço exclusivo, dando estrutura para que o subjetivo e simbólico surjam como consequência do processo de pensar as formas de contar e escrever a História.

O discurso elaborado pelo historiador também é questionado pela Nova História Cultural que o interpretará como sendo uma construção da realidade, e não a própria história. Essa interpretação revela a identidade de quem pesquisa, investiga, reflete e constrói a História, sendo assim, a imparcialidade do discurso, sua coleta de dados, sua linha teórica, seu ponto de vista, sua seleção de fontes, o enfoque e o objeto a serem estudados se desnudam e ficam cientificamente “enfraquecidos”, pois tudo isso é resultado de suas escolhas pessoais. Assumindo esta posição clara sobre a composição do discurso histórico, a Nova História Cultural acredita que todo evento histórico é cultural e simbólico. E nesse sentido, Albuquerque Junior (2007) afirma:

Para a história cultural, portanto, a invenção do acontecimento histórico, de qualquer objeto ou sujeito da história, se dá no presente, mesmo quando analisa as várias camadas de discursos que o constituíram ao longo do tempo, pois esta historiografia é atravessada pelos tropos da ironia que traz a participação do discurso do historiador na construção da realidade que narra para o centro da reflexão. O historiador irônico não é aquele que se coloca fora do acontecimento que enuncia, do tempo que narra, mas que sabe que seu próprio discurso é mais uma dobra no inabarcável arquivo de enunciações que tem dados sujeitos e dados objetos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.26)

Quando se pensa na escrita da história e na escrita literária, um encontro teórico interdisciplinar é essencial. Comparações acerca de estudos entre escrita da história e escrita literária precisam transpor as fronteiras entre a arte e a ciência, a ficção e a verdade e entre as narrativas históricas e os gêneros literários. Dessa forma é estabelecida uma nova relação do historiador com o passado e seu modo de compreendê-lo. Por meio dos códigos literários, os documentos evocam lembranças e as memórias ganham movimento, podendo ser passivas de interpretações. O estudo do passado teria como objetivo fornecer perspectivas e soluções para o tempo presente, ou seja, permitiria a interferência do historiador sobre o mundo social.

Sabe-se que a História tem como objeto de escrita, a estética do real, a concretização da vivência, a relação entre o sujeito com o objeto e dessa forma, ela explica os fatos por si só e retoma eventos de uma sociedade que ocorreram em uma determinada época e em um determinado contexto; enquanto que a Literatura, por sua vez, utiliza elementos fictícios para conceber a realidade e sua arte tem cunho literário e linguístico, não necessariamente comprometida com a História.

Para delinear considerações sobre a relação entre História e Literatura, é interessante tomar recortes do real para abordar fatos políticos, sociais e culturais dos povos e sendo assim, ao analisarmos as duas áreas, é possível estabelecer relações cada vez mais intensas entre ambas. Tão logo, para interpretar um texto literário, assim como histórico, é imprescindível que se compreenda as particularidades de cada área conforme suas tendências teóricas.

1.2 Livro como objeto de estudo e monumento de memória

Ao nos debruçarmos na análise de um livro e seu impacto social e histórico, é possível que o consideremos um documento. Além de documento, se analisarmos a possibilidade da construção da memória coletiva acerca deste livro, podemos considerar que além de documento, ele é um monumento de memória. Sobre documentos e monumentos, Le Goff (1990) faz a seguinte reflexão:

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os *documentos* e os *monumentos*. De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador. (LE GOFF, 1990, p. 535)

Le Goff afirma ao longo do seu discurso que todo documento é monumento, pois um documento tido como histórico e passível de análise é fruto de escolhas e intenções de quem o elabora, tornando-o assim um ponto de vista parcial da História. E vai além ao assegurar que esse documento, embora tenha uma durabilidade que perpassa gerações, não transpõe do resultado de montagens históricas:

É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (LE GOFF, 1990, p. 547-548)

Nesse sentido de reconhecer o documento como sendo algo que pode ter relevância histórica, é necessário também valorizar a sua importância, pois nele pode haver diversos apontamentos significantes. No caso do livro *Feliz Ano Velho*, uma série de questões podem ser levantadas e analisadas dentro do campo de pesquisa histórica: qual foi o impacto deste texto no período que foi lançado? Qual foi a postura dos historiadores diante de seu texto? O quanto há de verdade nesse texto? Estas, enfim, são questões que podem dar suporte para uma análise

relativamente ampla no campo histórico, embora neste momento estas não serão levantadas pelo presente trabalho.

Começemos por reconhecer que o historiador é, antes de tudo, sujeito histórico de seu tempo e que faz escolhas que conversam com suas convicções. Assim, para este trabalho, optar pela análise do livro *Feliz Ano Velho* entre tantos outros que foram concebidos no mesmo período e que possuem uma temática semelhante denota um direcionamento, resultado de nossas intenções. Nesse sentido, é importante afirmar que os desdobramentos que se darão a partir da análise do livro, tido como documento e monumento histórico, será uma construção determinada pelo sujeito que a faz, no caso o historiador, inserido em um determinado campo social.

As articulações se dão a partir de determinadas perspectivas que o autor tem sobre o assunto abordado. Logo o livro como documento e a História como uma narrativa se entrelaçam, pois ambos são discursos acerca de um determinado fato, representação ou recorte da realidade. O livro, entendido no campo da Literatura, dialoga com o real, para que possa haver entendimento e reconhecimento por parte do leitor, como já dito anteriormente, não necessariamente comprometido com a verdade histórica traz bases de comunicação direta e indiretamente com o leitor que pode ou não conhecer o contexto em que o livro foi produzido.

Quando nos remetemos ao leitor, em especial aos milhares de leitores de *Feliz Ano Velho*, é possível que nem todos reconheçam o livro como um monumento de memória ao fim da última página. Esse reconhecimento e a relevância que tem acerca dele é algo subjetivo e distinto entre as pessoas, pois há diversas influências, ou a ausência delas que podem determinar esse reconhecimento. Porém, isso, por si só, não quer dizer que o livro não seja um monumento de memória.

O que as pessoas que o leram tem em comum, independente de suas impressões, é a experiência compartilhada dessa leitura e o reconhecimento da história contida no livro. Porém para a História, fica a possibilidade da análise das influências que esse livro teve sobre os seus leitores e se estas foram superficiais tão somente ou realmente abrangeram aspectos históricos contidos na narrativa. Questionamentos em relação à superficialidade da obra perante seus leitores, questões que o livro aborda e que não aborda e análise do contexto podem render inúmeros estudos que recortam a obra literária e a desdobram para o campo histórico e antropológico. Porém estes inúmeros estudos, ou parte deles, não serão

contemplados no presente trabalho, pois envolvem “teorias da recepção”, que além de serem de outra área, necessitam de um debruço maior e mais específico, o que este trabalho não dá conta, conforme objetivos iniciais expostos.

Como pesquisadores, dissecamos nosso objeto de estudo e arriscamos perder o impacto e a impressão subjetiva dele no meio em que ele foi difundido. Ao analisarmos um livro e o reconhecermos como um monumento histórico de memória é necessário fazermos o que Le Goff afirma, que é desconfiar dessa obra e mais, desconfiarmos de nós mesmos, como historiadores com nossas convicções e intenções, para podermos fazer uma análise mais limpa de tudo que o cerca.

Livros podem ser monumentos. No entanto, seres humanos produzem documentos e monumentos o tempo todo. Devemos prestar atenção a comparação dos documentos para não fazermos uma leitura simplista e positivista e acharmos que o “documento é a verdade e já diz tudo”, pois Le Goff também coloca nesse sentido que:

Não existe um documento objetivo, inócuo, primário. A ilusão positivista (que, bem entendido, era produzida por uma sociedade cujos dominantes tinham interesse em que assim fosse), a qual via no documento uma prova de boa-fé, desde que fosse autêntico, pode muito bem detectar-se ao nível dos dados mediante os quais a atual revolução documental tende a substituir os documentos. A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta evolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1990, p. 545)

E por concordar com essa colocação de Le Goff, nós, como pesquisadores e mais do que isso, historiadores, devemos buscar as diversas fontes de interpretação para que os estudos acerca de monumentos sejam eles a literatura, objetos ou tão somente documentos possam inteirar nossos questionamentos e estudos. Essa busca pode desconstruir mitos, reavaliar dados e reconstruir verdades, pois monumentos são constituídos a partir de conflitos, pontos de vista, entendimento de verdades e comparações.

Afinal, a partir da leitura do livro, o sentido da obra em especial se dá por meio de três fatores principais: o livro; o público que o lê e sua compreensão e, por

fim, a mediação de quem o interpreta, reconhecendo-o como monumento de memória (se este for o caso).

1.3 “Narrativa Testemunho”

Ao longo da trajetória do ser humano, a conservação da memória está intensamente vinculada à sua sobrevivência como indivíduo. Essa conservação da memória permite atualizar costumes, tradições, acontecimentos humanos e históricos na configuração da existência social do sujeito. No entanto, o ser humano não recorda isoladamente, pois o ato de recordar sofre interferências pessoais, coletivas, eletivas e exclusivas, determinando a conservação ou a omissão de alguns eventos.

Historicamente os esquecimentos e os silêncios da História são tão reveladores quanto às memórias expostas, pois o ato de recordar, individualmente ou coletivamente, constitui a releitura do que se passou, seja de crenças ou costumes, dos fatos políticos e sociais que identificam o indivíduo e a sociedade em que ele se insere. Por outro lado, a memória recordada pode constituir-se em objeto de poder e manipulação social, usando lembranças de fatos por parte do memorialista, de modo que seja possível recuperar para a posteridade os eventos degradantes da condição humana que têm marcado as transformações sócio-históricas das diversas sociedades.

Nesse sentido, a Literatura tem, a seu modo, revisitado acontecimentos históricos e lhes extraído novos significados de modo que eles não permaneçam no esquecimento. Alguns exemplos são as “narrativas testemunhos”, contidas em obras literárias de não-ficção e que fazem uso de contextos históricos atrelados à testemunha que usa de sua memória para compor uma determinada situação.

O livro *Feliz Ano Velho*, de Marcelo Rubens Paiva, publicado em 1982, traz de forma bem nítida esta situação, pois é possível resgatar fatos históricos e políticos a partir das colocações memorialistas do autor, que como narrador, usa do seu testemunho para compor sua obra literária. Inerente a isso, resgatar pelo viés daquele que protagonizou os fatos ou que deles foi testemunha tem sido uma vertente altamente explorada pela Literatura em geral e, também pela produção brasileira.

Nestes casos, o ponto de vista adotado pelo narrador – testemunha/protagonista – e a perspectiva – em primeira pessoa –, é um aspecto que singulariza o texto narrativo visto que ele passa a ser contado por aquele que vivenciou as experiências e usa a sua memória para fazê-lo, mesmo que em alguns momentos, lacunas sejam preenchidas com as histórias que ouviu ou as notícias que tomou conhecimento, sem necessariamente vivenciar concretamente tal situação. Especificamente na obra em questão de Marcelo Rubens Paiva, o testemunho dele faz parte de um ardente projeto de não permitir o esquecimento da barbárie, da injustiça, da violência que ele assim concebe, do que ocorreu com o seu pai no período político que o autor traz em seu livro. É, sem dúvida, em última instância, também uma forma de resistir.

Quando uma narrativa parte de um testemunho, o narrador faz uma escolha estética de sua escrita e essa escolha tem significados particulares que podem levar em conta o poder de constituição e construção histórica que sua obra literária adquire. No caso da obra de Marcelo Rubens Paiva, *Feliz Ano Velho*, é possível inferir sobre discussões de tom memorialístico e autobiográfico. No entanto, não restam dúvidas, hoje, de que os relatos do autor se constituíram e se constituem como importante material para compreensão do passado e, mais importante ainda, como reflexão política e social da nossa contemporaneidade em âmbito nacional.

As reflexões coloquiais assumem um caráter importantíssimo para a investigação e abordagem histórica. Se for tudo verdade ou ficção é uma das questões que hoje já não são tão pertinentes. O que nos importa aqui é o seu teor testemunhal e o que esse testemunho representa na construção histórica sobre o período.

Vale ressaltar também a distinção e singularidade do nosso narrador-testemunha em relação ao contexto de produção literária que se configurou durante o período da ditadura militar no Brasil. Sabe-se que durante todo o período de repressão foram publicadas muitas obras literárias, sendo algumas delas profundamente engajadas à denúncia do período político que o país vivia, muito embora disfarçadas na tentativa de driblar a censura. No caso do livro *Feliz Ano Velho*, a censura não se fez presente, principalmente pelo período em que o livro foi publicado, no ano de 1982, período pós Lei de Anistia e que também pode ser conhecido como parte do fim da Ditadura Militar e tempo de abertura política.

O testemunho pesquisado e abordado neste trabalho não se encaixa em um contexto de produção literária tão somente, pois foi o primeiro livro escrito pelo autor, que baseado na sua história pessoal de superação após um acidente, traz a tona elementos que podem ser largamente analisados como produção histórica. O fato de ser a sua primeira obra, descompromissada com uma produção histórica, certamente influenciou as preferências estéticas, formais e estilísticas na hora de reconstituir seu passado através da linguagem coloquial com que o autor esboça sua história e suas memórias.

A narração em primeira pessoa, com um lugar de observação privilegiado de dentro os acontecimentos, fazem da verossimilhança³ uma das características que sustenta sua narrativa, compondo-a a partir de sua visão, suas hipóteses e, é claro, das suas intenções. Seus testemunhos buscam encontrar a verdade e a dor da injustiça.

No caso em que o narrador-testemunha, configurado como testemunha, transforma-se no personagem central da narrativa, ou seja, no protagonista da sua própria história, delinea sua compreensão dos fatos, dos personagens, dos acontecimentos e de suas histórias. É através dessa compreensão do narrador e da composição estética da obra literária que o historiador busca os “registros” ou “vestígios” de História nas obras literárias. Para dar conta dessa colocação, Leite (2000) afirma que:

Não é de hoje tampouco que a arte e a literatura são vistas como formas de conhecimento, como testemunhos sobre fatos e processos históricos, como intérpretes e produtoras de opinião, contraditórias e comprometidas com grupos dominantes ou dominados, com maiorias e minorias sociais, étnicas, culturais. Mas diversos estudos já demonstraram que as obras de alta elaboração estética confrontam e contrastam dialogicamente os valores e, como tal, permite ao leitor problematizá-los. (LEITE, 2000, p.23)

O relato em primeira pessoa, pode se tornar uma ferramenta importante para a construção da memória coletiva e social. O direito da palavra e do relato da experiência se tornou eficaz em alguns casos onde os crimes de Estado foram denunciados, analisados e julgados, como no Chile e na Argentina e, também, no Brasil, quando o material testemunhal, seja midiático, cinematográfico ou literário,

3 Segundo Souza (1987), “verossimilhança na literatura é a propriedade da obra literária de em vez de adequar-se a acontecimentos verdadeiros que lhe sejam exteriores, engendrar situações coerentes e necessárias no interior da própria obra, dotadas não de verdade, mas de verossimilhança, isto é, semelhança ao vero, verdadeiro”. (SOUZA, 1987, p. 23)

começou a se estender a esfera pública ainda antes do término da ditadura militar e da censura. A subjetividade que se encontra essencial nos nossos romances testemunhais acaba por nos mostrar uma objetividade histórica e social palpável que se demonstra na própria transição política do Brasil na segunda metade do século XX.

Na obra *Feliz Ano Velho*, o autor retrata o processo de recuperação de um acidente que o deixou tetraplégico⁴ no final do ano de 1979. Com a mudança radical de vida, Marcelo relata em seu testemunho as histórias e momentos que presenciou durante a recuperação, tanto quanto as que viveram no decorrer de sua vida. Embora o acidente pareça o principal assunto, outras tantas memórias são trazidas à tona, revisitadas pelo autor e expostas sob sua ótica.

Sobre isso, o próprio autor afirma:

"Levei um ano para escrever este livro, tinha 26 anos. Ouvia Clash, era punk. Fiz só um tratamento depois de escrever, é meu livro mais visceral. É um livro que tem muitos flash-backs, que apareciam quando eu estava cansado de escrever a história principal, do acidente, e começava a falar sobre outras coisas. É um livro sobre construção de identidade, de fé, não é só um livro sobre o acidente. O livro foi propositalmente coloquial, eu calculei que faltava naquele momento um livro que falasse a linguagem das ruas".⁵

É possível afirmar que a obra de Paiva tem uma escrita pessoal e individual, justamente por ser narrada em primeira pessoa. Ao mesmo tempo em que ele narra acontecimentos, manifestações, festas, reuniões e encontros para delinear uma geração da qual fazia parte, o autor apresenta episódios políticos entrelaçados com memórias pessoais e familiares. Isso pode ser bem percebido em um dos momentos mais delicados do livro, quando ele relembra e narra o momento em que sua casa é invadida e seu pai preso:

4 Quando Marcelo sofreu o acidente, ele quebrou a quinta vértebra cervical e comprimiu a medula o que ocasionou uma paralisia instantânea e total do pescoço para baixo, denominando Marcelo como "lesionado medular parcial". Isso o deixou temporariamente tetraplégico. No entanto, com muitas sessões de fisioterapia e um tratamento específico durante um período de longo prazo, os movimentos dos membros superiores começaram a se restabelecer e Marcelo obteve melhoras. No entanto, da cintura para baixo seus movimentos ficaram totalmente comprometidos e ele nunca mais voltou a andar. Atualmente, quase 35 anos depois do acidente, embora Marcelo seja cadeirante, ele tem os movimentos dos braços e tronco praticamente normalizados.

5 Trecho da entrevista de Marcelo Rubens Paiva dada à Editora Objetiva na ocasião da reedição do livro *Feliz Ano Velho* em 2006. Disponível em: <http://www.objetiva.com.br/livro_ficha.php?id=283>. Acesso em: 29 Ago. 2014.

Meu pai me ensinou a andar a cavalo. Meu pai me ensinou a nadar. Me incentivou a ser moleque de rua. Me ensinou a guiar avião (tinha um na firma dele e, depois de decolar, eu pegava no manche e ia mirando até São Paulo. Mas meu pai não pode me ensinar mais. No dia 20 de janeiro de 1971 era feriado no Rio, por isso dormi até mais tarde. De manhã, quando todos se preparavam pra ir à praia (e eu dormindo), a casa foi invadida por seis militares à paisana, armados com metralhadoras. Enquanto minhas irmãs e as empregadas estavam sob mira, um deles, que parecia ser o chefe, deu uma ordem de prisão: meu pai deveria comparecer na Aeronáutica para prestar depoimento. Ordem escrita? Nenhuma. Motivo? Só deus sabe. (PAIVA, 1986, p. 60)

Como é possível perceber, a literatura testemunhal absorve significativamente uma função identitária, e ainda tem o poder de unir informações, eventos e histórias. Este caráter se torna perceptível na obra analisada em que são retratados eventos pessoais e particulares, mas que fazem parte de um todo, quando se pensa na história do período. Mesmo que a retratação seja um evento isolado, particular e coadjuvante, trazer isso à tona em um livro literário pode ser representando como oposição ao governo.

De forma geral, a História é composta por contradições, e isso não é diferente com os textos literários, inclusive o testemunho. O autor Marcio Seligmann-Silva estuda a importância da literatura testemunhal para dar sua visão da História em contraposição aos documentos oficiais. Segundo ele,

A literatura de testemunho antes de qualquer coisa apresenta-se como um registro de história. Na qualidade de contra-história ela deve apresentar as provas do outro ponto de vista, discrepante do da história oficial. Não existe aqui o topos da singularidade nem o da unicidade do evento testemunhado: enfatiza-se a continuidade da opressão e da sua onipresença no continente “latino-americano”. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 89)

E ainda, afirma que o século 20 tornou-se específico para este gênero, pois foi um século de grandes traumas, catástrofes e imposições sociais, desde as guerras mundiais até as ditaduras militares da segunda metade do século, na América Latina. E muitas vezes o que restou destes eventos foram os relatos individuais ou coletivos das testemunhas das tragédias.

Isso se torna valioso ao passo que muitos documentos foram extraviados, propositalmente ou não, para extinguir ou quem sabe evitar vestígios que denotassem o tirânico período que se viveu e mais, que casos pessoais não viessem à tona, como o exemplo do pai de Marcelo Rubens Paiva, até hoje é uma

incógnita em que nada oficial é posto. Neste ponto se concentra mais uma função da literatura testemunhal na pesquisa histórica, desfazer-se do oficial para construir uma contra-história.

CAPÍTULO 2

2.1 O contexto político do Golpe Civil-Militar de 1964

O período anterior ao golpe de 1964 pode ser caracterizado por uma ebulição social expressada em diversos movimentos de massa. Havia mobilizações populares que apoiavam o governo e suas reformas, tanto quanto, movimentações golpistas das vanguardas reacionárias que incitaram demonstrações acerca da desestabilização do governo de Jango. Várias foram as demonstrações que ocorreram envolvendo um expressivo número da população, pelo menos dos grandes centros, além das Ligas Camponesas⁶, engajadas em lutas pelo direito à terra pelo interior do país. Essas demonstrações tinham tanto um cunho reformista, como o Comício Central do Brasil⁷ que alarmava a direita conservadora do país; ou de total direita, tal como a Marcha pela família com deus e pela liberdade⁸, ambas ocorridas às vésperas dos dias que definiram novo rumo político ao Brasil naquele final de março de 1964.

Após a renúncia do presidente Jânio Quadros, sete meses após assumir o cargo, o seu vice, João Goulart, eleito pelo PTB, assume a presidência da república sob ameaça golpista. Jango que estava em viagem pela Ásia foi impedido de retornar ao Brasil e imediatamente substituir Jânio Quadros por um grupo de militares que estava no poder em Brasília, desde o dia da renúncia de Jânio, a

6 As Ligas Camponesas tiveram origem na década de 1930 a partir da mobilização de manifestantes rurais que defendiam a Reforma Agrária no Brasil.

7 Comício Central do Brasil foi realizado no dia 13 de março de 1964 na cidade do Rio de Janeiro e reuniu cerca de 150 mil pessoas. Na ocasião, Jango assinou dois decretos, sendo o primeiro simbólico, que consistia na desapropriação das refinarias de petróleo que ainda não pertenciam à Petrobrás; e o segundo, denominado SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária), que declarava sujeitas a desapropriação, propriedades subutilizadas. Jango anunciou também que a reforma urbana estava em processo de preparo e que logo seriam encaminhadas propostas ao Congresso que previam alterações nos impostos e na concessão de voto aos analfabetos.

8 A manifestação aconteceu em 19 de março de 1964 e foi realizada na cidade de São Paulo. Estimou-se que a "Marcha da família com deus pela liberdade" mobilizou mais de 500 mil pessoas, manifestando-se em resposta ao comício de João Goulart, seis dias antes, defendendo suas Reformas de Base na Central do Brasil no Rio de Janeiro.

manhã de 25 de agosto de 1961, quando o então presidente enviou ao Congresso sua carta-renúncia. Quando Jango volta, numa viagem cheia de escalas, ameaçado de ser cassado e preso pelos militares, depara-se de um lado com a possibilidade de um golpe militar, já incitado; e do outro a rebelião popular na capital gaúcha, encabeçada pelo governador da época, Leonel de Moura Brizola, em prol de sua posse, no que foi chamado de Movimento da Legalidade.

Por fim, após manobras e acertos, finalmente João Goulart chega à Brasília no dia 4 de setembro e toma posse no feriado de Independência, no dia 7. Assume finalmente o cargo de presidente do Brasil num novo regime, o Parlamentarismo⁹. O sistema parlamentarista foi instituído de forma casuísta, a partir de uma Emenda Constitucional, que previa ainda, a realização de um plebiscito (referendum), no ano de 1965, que decidiria pela continuidade ou não do novo sistema de governo.

Desde sua posse em 1961, Jango deixou clara sua intenção de antecipar o plebiscito e retornar o mais rápido possível ao sistema presidencialista. Para isso contou com a ajuda de lideranças políticas interessadas em concorrer às eleições presidenciais em 1965, como Leonel Brizola (do PTB), Juscelino Kubitschek (do PSD) e Magalhães Pinto (da UDN), além de forças políticas de esquerda, como comunistas e trabalhistas – que dirigiam importantes entidades do movimento sindical e popular – e de militares nacionalistas e alguns setores da imprensa. Já em setembro de 1962 o plebiscito finalmente foi antecipado e marcado para o dia 6 de janeiro de 1963, quando o parlamentarismo foi significativamente rejeitado pela maior parte dos eleitores, numa proporção próxima de cinco para cada seis eleitores. Eis que a forma parlamentar de governo caía e a volta do presidencialismo assegurou João Goulart na cadeira da presidência da república sem a necessidade de um Primeiro Ministro e com plenos poderes.

Jango, que vagou entre a esquerda e a direita, entre as forças progressistas e as conservadoras, não conseguiu deixar clara qual era sua posição. Muitas de suas alianças não se sentiam confortáveis com algumas decisões ambíguas do presidente que se pretendia de esquerda, ganhando apoio dos comunistas, mas também bastante conciliatório com as forças conservadoras. Para a esquerda da época, Jango era visto como um “frouxo”, enquanto que para a direita ele era um

⁹Parlamentarismo é um sistema de governo em que o poder legislativo oferece a sustentação política para o poder executivo. Logo, o poder executivo necessita do poder do parlamento para ser formado e também para governar. No parlamentarismo, o poder executivo é, geralmente, exercido por um primeiro-ministro, escolhido pela Câmara de Deputados.

“incendiário”. No entanto, a verdade era que talvez ele não fosse nem uma coisa, nem outra.

Durante todo o período em que Jango esteve à frente do país, houve forte oposição dos militares e da direita, principalmente representada pela União Democrática Nacional (UDN) sob seu governo e suas decisões. Essa oposição se acirrou a partir do plebiscito que definiu o país como um estado presidencialista em que os poderes estavam na mão de Jango. Após essa mudança, o então presidente, agora com plenos poderes, começa a anunciar as reformas de base. A cada medida anunciada, diversas entidades, tanto civis quanto militares manifestavam seu apoio ou oposição incisivamente.

Menos de três anos depois de assumir a presidência da república, Jango é derrubado e os militares assumem o poder na federação. Esse momento é a conhecida sequência de dias, desde o final de março até os primeiros dias de abril de 1964, em que a Ditadura Civil-Militar¹⁰ se instala no Brasil.

Em linhas gerais, estudos na área apontam que a Ditadura Civil-Militar Brasileira não resultou de mero acaso ou acidente, mas esteve muito ligada à etapa de avanço democrático e de desenvolvimento material que o país vivia e, que foi tentada por algumas vezes antes de 1964. Porém somente nesse ano (1964), as condições eram propícias para o desencadeamento de ações rápidas no sentido de arrasar todas as formas de organização capazes de enfrentar o arbítrio interno e a exploração externa.

A partir daí uma série de medidas são tomadas a fim de estabelecer o estado de Ditadura Militar no país, que gozava de uma jovem democracia há menos de 20 anos, desde o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945). Os militares precisavam normatizar todas as suas ações e o regime democrático nacional foi paulatinamente desarticulado através de ações após a instalação da Ditadura Militar e os Atos Institucionais (AI-s)¹¹, que serviram de remodeladores políticos no Brasil, pois desrespeitavam os princípios da Constituição de 1946 no período que se seguiu ao golpe.

10 Sabe-se que atualmente na academia usa-se o termo “Ditadura Civil-Militar” em detrimento de “Ditadura Militar”, e que esta nomenclatura é defendida por historiadores que alegam a participação de setores da sociedade civil neste período tanto na implantação do regime, quanto, e mais importante, na criação de um consenso e consentimento. Para eles, a longa permanência da ditadura no Brasil foi garantida muito pela sociedade civil.

11 Atos Institucionais são como decretos de lei que eram validados e aprovados sem que necessitasse de discussão entre órgãos legislativos.

O novo regime, na realidade, começou com o AI-1, que manteve a Constituição em vigor, mas tecia alterações na eleição do novo Presidente da República num prazo de 24 horas; concedia poderes ao Presidente para decretar estado de sítio por 30 dias; suspendia por seis meses as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade; suspendia direitos políticos pelo prazo de dez anos e cassava mandatos, excluindo a apreciação judiciária. Assim sendo, em 11 de abril, o marechal Humberto Castelo Branco foi eleito indiretamente pelo Congresso para se tornar o primeiro Presidente da República nesse novo cenário nacional.

Pouco mais de um ano depois, o presidente Castelo Branco, baixou o Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965, que com 33 artigos definiu a nova forma de poder no Estado brasileiro, além de implantar o bi-partidarismo. Esse ato foi considerado o passo seguinte para o fechamento do regime, que tomou formas mais truculentas e se segue com o AI-3, de 5 de fevereiro de 1966, que também regulou o processo indireto para a escolha dos governadores dos estados, ampliando assim a adoção por eleições indiretas no Brasil inteiro. Ainda no mesmo ano, em dezembro, com o AI-4, o Congresso é convocado extraordinariamente para votar e promulgar o projeto de Constituição apresentado pelo poder Executivo, ampliando assim o domínio militar.

Essa sequência de ações serviu para aperfeiçoar a ditadura instalada em 1964, criando um espaço favorável para o famigerado AI-5, explicado por Flávio Tavares (2012) de maneira sucinta e direta:

Na tarde de 13 de dezembro de 1968, data do Ato Institucional nº 5, quando o governo militar transformou-se sem rodeios em ditadura e, além de extinguir o habeas corpus, fechar o Congresso e intervir na justiça, na imprensa, nos sindicatos e em quanto mais houvesse no país, prendeu a esmo, numa gigantesca caça às bruxas que não ocorrerá sequer em 1964 na presidência de João Goulart. Daí em diante, o Brasil mudou. O medo se incorporou ao cotidiano. A delação e o colaboracionismo fizeram do dedo-duro um dos suportes do regime. Começava-se a falar baixinho ou nada dizer e a tudo calar. O bom patriota era o brasileiro com medo, domesticado pelos tambores militares. (TAVARES, 2012, p. 26)

Em um panorama geral, o golpe de 1964 foi armado e executado para conter a união dos setores progressistas e em prol do capital contra o trabalho. Segundo Silva (2003):

Amplos setores do empresariado moderno, por todo o continente, viram nos militares um esteio para a estabilidade, o crescimento e a segurança de seus projetos econômicos. Em contrapartida, o movimento sindical foi inteiramente decapitado e os sindicatos e federações do trabalho, colocados sob intervenção, dando início ao 'milagre econômico' largamente baseado na repressão sindical, no arrocho salarial e na repressão política. (SILVA, 2003, p. 260)

E reforçando o que Silva afirmou, Grynszpan (2003) acrescenta que no campo, a partir da possibilidade de uma reforma agrária, o governo militar eliminou focos de tensão através de “Mecanismos de força, de repressão, neutralizando lideranças mais combativas, perseguindo-as, prendendo-as, intervindo em suas entidades promovendo a desocupação de áreas invadidas”. (GRYNSZPAN, 2003, p. 319)

Com essa política ditadora, os setores elitistas que sempre estiveram ao lado dos militares ajuntaram muitas alianças. Internacionalmente, os Estados Unidos apoiaram amplamente a situação, pois almejavam desestruturar a política externa brasileira independente e o projeto econômico nacionalista que prejudicava a livre concorrência de suas empresas, bem como reforçar os mecanismos repressores de combate ao comunismo no Brasil. Dessa perspectiva, o golpe foi uma ampla aliança civil-militar que buscou:

Impedir as alterações econômicas e sociais, excluindo, se possível, os seus adversários da vida política do país, sem preocupações de respeitar as instituições democráticas. A questão imediata era depor Goulart e, depois, fazer uma limpeza política. (FERREIRA, 2003, p. 401)

Foi nessa de 'limpeza política', que Rubens Beirodt Paiva, engenheiro civil e ativo político desapareceu em 20 de janeiro de 1971, então com 41 anos. Rubens nasceu em 26 de setembro de 1929 em Santos (SP) e era casado com Maria Eunice Facciola Paiva com quem teve cinco filhos, dentre eles, Marcelo Rubens Paiva, o autor do livro *Feliz Ano Velho*.

Rubens participou de importantes momentos da vida nacional. Nos tempos de universitário, foi vice-presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE/SP) e, depois, deputado federal, sendo eleito presidente da Comissão de Transportes, Comunicação e Obras da Câmara Federal. Foi também vice-líder do PTB na Câmara e vice-presidente da CPI do Instituto Brasileiro da Ação Democrática (IBAD), uma das entidades financiadas pela CIA para fazer propaganda contra o governo brasileiro. Além disso, exerceu atividades jornalísticas destacadas.

Ativo deputado federal, defensor de bandeiras nacionalistas, Rubens foi cassado pelo AI-1 em 1964 em virtude, principalmente, de sua participação na Comissão Parlamentar de Inquérito do IBAD¹².

Obrigado a exilar-se por nove meses, esteve na Iugoslávia e depois na França. Quando voltou para casa, mudou-se com a família de São Paulo para o Rio de Janeiro e voltou a exercer atividades como engenheiro. Mesmo afastado oficialmente dos movimentos de esquerda e 'subversivos', manteve contato com exilados e ainda fazia reuniões com integrantes do PSB e integrantes da antiga conjuntura governamental de Jango em sua casa.

Durante o mandato do general Emílio Médici (1969-1974), conhecido por exercer o governo mais autoritário de todo o período ditatorial, em que o bordão "Brasil, Ame ou deixe-o", estava sendo posto em prática literalmente, Rubens Paiva teve sua casa invadida e vasculhada no dia 20 de janeiro de 1971. A invasão ocorreu após Rubens receber o telefonema de uma pessoa que queria lhe entregar uma correspondência do Chile, então sob o governo do socialista Salvador Allende.

Enquanto sua casa continuava tomada, Rubens foi levado em seu próprio carro para o Quartel da 3ª Zona Aérea e, depois para o DOI-CODI/RJ. No dia seguinte sua filha mais velha, juntamente com sua esposa Eunice, também foram levadas pelo DOI-CODI, onde não mantiveram contato com Rubens, apesar da confirmação por parte dos agentes do DOI de que Rubens lá se encontrava. Ambas foram interrogadas várias vezes e depois de 24 horas, a filha Eliane, então com apenas 15 anos foi libertada. A esposa, Eunice permaneceu quase duas semanas numa cela individual no quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita e foi interrogada várias vezes, sempre questionada sobre as ideias políticas do marido e quem frequentava a casa da família. No 2º dia de fevereiro, ao ser libertada, Eunice afirma ter visto o carro do marido no pátio interno do quartel, o qual foi, posteriormente, devolvido à família mediante recibo de entrega do Ministério do Exército.

Daí em diante o que de fato aconteceu com Rubens não passa de suposições, pois segundo o Exército, no dia 28 de janeiro de 1971, Paiva foi resgatado por seus companheiros 'terroristas' ao ser transportado pelos agentes do

12 Essa comissão parlamentar de inquérito apurou o recebimento de dólares provenientes dos Estados Unidos, em 1963, pelos generais comprometidos com o golpe de 1964.

DOI-CODI e desapareceu. O que se sabe até então é que nunca houve um resgate e que Rubens foi morto enquanto estava sob custódia do Estado. Como, quando e exatamente por que, infelizmente são questionamentos que ainda não foram totalmente respondidos.

Há, no entanto o testemunho de duas presas políticas que confirmam terem sido acareadas com Rubens no quartel da 3ª Zona Aérea, na época comandado pelo brigadeiro João Paulo Bounier. Certamente a morte de Rubens ocorreu sob tortura, o que infelizmente não era uma exceção na época. Houve também uma confirmação de Amílcar Lobo, médico que atendeu Rubens no DOI-CODI que ele foi barbaramente torturado e morto. Em todos esses anos, surgiram muitas hipóteses sobre onde estariam os restos mortais de Rubens, contudo, buscas e escavações foram feitas, sem qualquer resultado.

Na década de 1990, Eunice Paiva iniciou uma ação cível de indenização, na 2º Vara da Justiça Federal/RJ. Em 1998, a União foi condenada a pagar uma reparação financeira pelo desaparecimento de Rubens, porém Eunice não requereu a indenização prevista na lei. Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos do anexo I, da lei 9.140/95.

2.2 Políticas de censura e censura à literatura

A partir de 1961, o presidente Jânio Quadros concedeu aos estados o direito de exercer a censura. Essa concessão corroborou com a Legislação que desde 1946, dava à Polícia Federal a responsabilidade de realizar a censura prévia a diversas manifestações culturais.

Embora nos primeiros anos que se seguiram ao golpe militar de 1964, não houvesse uma estrutura de censura a livros, em 1965 foi inaugurado um novo prédio para o Departamento Federal de Segurança Pública, onde começaria a atuar o SCDP – Serviço de Censura e Diversões Públicas. Ao assumirem o governo federal, os militares não investiram muito contra a produção cultural da esquerda, tanto que a característica marcante do panorama cultural brasileiro foi a paradoxal convivência de uma ditadura de direita com uma ampla presença de produções culturais de esquerda. Assim sendo, Gaspari (2002) denomina esse período como “a ditadura envergonhada”.

Até o AI-5, pelo menos, havia uma ausência de regulamentação censória em relação aos livros, e segundo Silverman (2000), depois do Ato Institucional nº 5 ser promulgado, em 13 de dezembro de 1968, “a literatura continuou livre de interferência direta”. Porém inúmeras intervenções da censura ocorreram em jornais e revistas, que contavam com a presença de censores em suas redações. O AI-5 perdurou por 10 anos, até ser revogado em 13 de outubro de 1978 pelo congresso nacional através da Emenda Constitucional nº 11, que extinguiu o AI-5 a partir de 1º de janeiro de 1979.

As informações gerais sobre o ato de censura a livros nesse período são um tanto colidentes, porém todos afirmam a existência de tal prática. Segundo Ventura (1988), no livro *1968, o ano que não terminou* foram censurados “cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de músicas e uma dúzia de capítulos e sinopses de telenovelas”. (VENTURA, 1988, p. 285). O mesmo número é apontado por uma equipe de pesquisadores do Centro Cultural São Paulo, estudo este que foi publicado no livro *Cronologia das artes em São Paulo: 1975-1995*. Enquanto que para Silva (1989), na obra *Nos bastidores da censura*, o número de livros censurados são maiores, tanto que afirma que “430 livros foram proibidos, dos quais cerca de 92 eram de autores brasileiros”. (SILVA, 1989, p. 138).

Neste mesmo período, entre 1968 até 1978, a censura prévia que já se arrastava para televisão, cinema, jornais, teatros, música, rádio, etc.ampliou-se para o mercado editorial. A censura prévia para livros foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 1077/70 e defendia que não seriam toleradas as publicações contrárias à moral e aos bons costumes, além de afirmar que cabia ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal, verificar e julgar quando necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente à moral e aos bons costumes. Além de operacionalizar o referido Decreto-Lei nº 1077/70, o Ministério da Justiça também devia julgar todas as publicações que deveriam ser previamente encaminhadas á este setor a partir da portaria 11-B, de 6 de fevereiro.

Muitas foram as reações avessas de editores, escritores, intelectuais e associações civis a essa prática. Entre eles, dois grandes escritores no cenário nacional, Erico Veríssimo e Jorge Amado, que eram também líderes de vendagem na época, declararam publicamente: “em nenhuma circunstância mandaremos os

originais de nossos livros aos censores, nós preferimos parar de publicar no Brasil e só publicar no exterior” (JONES, 2001, v. I, p. 46).

E a partir destas investidas e tantas outras que se rebelaram frente à censura, o governo recuou e publicou uma nova instrução pela Portaria 11-B, afirmando que “estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes”.

Em geral, a atividade censória foi mais rígida entre 1975 e 1980 – período em que mais de 50% dos livros submetidos foram vetados. Nesse momento quem estava à frente do governo era o presidente general Ernesto Beckmann Geisel, que governou o Brasil de 1974 a 1979 e ficou marcado, entre outras medidas, por dar início à abertura política e diminuição da rigidez da Ditadura Militar.

Em 1988, com a nova Constituição, estabeleceu-se na área cultural o fim da censura às artes e aos meios de comunicação. O que pode ser visto até os dias atuais no inciso IX do artigo 5º: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Com isso, os livros que não tinham sido ainda liberados, foram-no automaticamente e a partir deste momento o Brasil oficializa um novo momento na área da produção literária.

2.3 *Feliz Ano Velho*: Retrospectiva da publicação e trajetória do livro, peça e filme

A primeira edição do livro *Feliz Ano Velho*, aconteceu no ano de 1982, tendo sido muito bem aceito pelo público e tornando-se um sucesso de crítica quase imediato. Chegando às livrarias editado pela Editora Brasiliense o livro fazia parte da série “Cantadas Literárias”, dedicada a publicação de autores brasileiros e estrangeiros, voltados ao público adolescente e conectada a novos estilos literários que surgiam naquela época.

Segundo Zuleika Bueno (2008), a série de livros editados pela Brasiliense construía o seguinte questionamento: “É verdade que se lê pouco no Brasil?”. Esta indagação vinha impressa nas contra capas dos livros, sobre a qual a própria editora respondia: “Esta nova série é um projeto de literatura jovem que vai provar o contrário”. Para Bueno (2008) esta afirmação se tornou realidade em relação ao nono livro da série, *Feliz Ano Velho*. “A espontaneidade de um jovem num relato de

vida comovente”¹³, o romance dramático autobiográfico, tornou-se um *bestseller* nacional da década, sendo publicado também, em diversas línguas inclusive, inglês, italiano e espanhol.

Sobre as publicações da Brasiliense, especialmente o livro *Feliz Ano Velho*, Paulo Sérgio do Carmo (2001) acredita que a palavra que o termo que melhor define seja “fenômeno social”. Vai além dizendo:

O crescimento da literatura de esquerda e o sucesso da coleção Primeiros Passos, da Editora Brasiliense, evidenciavam uma juventude ávida de saber tudo que estava ocorrendo. Quem melhor soube expressar o sentimento de toda uma geração foi o então estudante Marcelo Rubens Paiva, que com 23 anos, atinge o topo da lista dos livros mais vendidos com *Feliz Ano Velho*. (CARMO, 2001, p. 141).

Silva (2012) afirma que a proposta da “*Cantadas Literárias*” despontou um cenário promissor, voltado à cultura jovem daquela época, o qual estava despojado de toda a seriedade do cenário intelectual, expressando os interesses da juventude, que estava engajada e que era militante, em um universo ainda marcado pelo clima de repressão e autoritarismo vigente da época, mas que também vivia em um contexto do “desbunde”¹⁴, constituindo assim sua identidade cultural em torno da promoção do diálogo entre estes universos diferentes. O autor salienta ainda, que esta proposta de publicação, procurava conferir centralidade à divulgação de temas relacionados com a cultura jovem, incorporando um estilo ágil, criativo, em um formato e uma linguagem coloquial e bem humorada, discutindo dilemas da época, e assim, de forma bem sucedida acabou por se vincular a uma leva imensa de leitores, que tornaram o livro *Feliz Ano Velho* um dos mais vendidos dos anos 1980, inclusive ganhando o Prêmio Jabuti, no quesito “Literatura Adulta (autor revelação)”.

Quanto ao número de exemplares comercializados ao longo do tempo, desde a publicação, o próprio Marcelo Rubens Paiva afirma que se perdeu a conta, mas que foram mais de 700 mil cópias. Afirma ainda, que a imprecisão dos números se deve a cópias ilegais que foram reproduzidas nos Estados Unidos e na Argentina,

13 Aqui Bueno faz menção ao livro, que aborda questões de cunho pessoal, buscando conectar-se com o leitor em nível emocional.

14 Como sociedade do “desbunde”, Silva (2012) compreende a ascensão da cultura do rock, da popularização do consumo das drogas, sobretudo a maconha, do sexo livre, mas que de alguma forma se vinculava com atitudes voltadas a militância e ao posicionamento político esquerdista, o ativismo em prol do meio ambiente, formação de partidos políticos, etc. Neste sentido o autor menciona o estudo de Weber (2004) como relevante às práticas culturais dos jovens metropolitanos nos 80.

sem lhe renderem os devidos créditos referentes aos direitos autorais (Paiva, 2002, p.1).

Marcelo Rubens Paiva (2012) relembra sua primeira noite de autógrafos que aconteceu em 14 de dezembro de 1982, no SESC Pompéia em São Paulo. Nas imagens divulgadas pelo autor em seu blog publicado na página do Estadão “Pequenas Neuroses Contemporâneas”, evidencia a presença de personalidades significativas, tanto da mídia quanto da política. Na fotografia número 1, é possível perceber Paiva, rodeado de pessoas, enquanto autografa exemplares de sua obra:

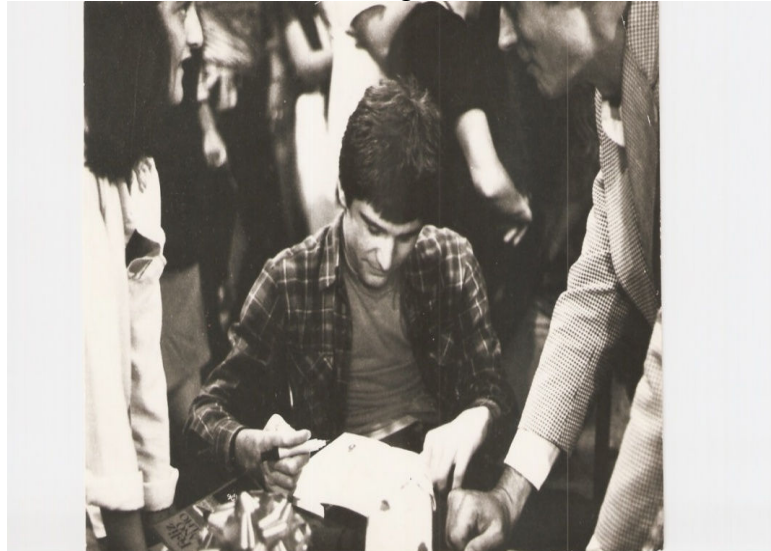
Fotografia 1: Marcelo Rubens Paiva autografa seu livro



Fonte: Paiva, 2012

Na fotografia número 2, na mesma noite, o autor autografa uma edição para o político Eduardo Suplicy, que aparece apoiado sobre a mesa:

Fotografia2: Marcelo Rubens Paiva autografa livro, com Eduardo Suplicy ao lado



Fonte: Paiva, 2012

No Rio de Janeiro, o lançamento aconteceu na já extinta Livraria Dazibão, como se vê na fotografia número 3. Paiva também promoveu uma noite de autógrafos em Pernambuco, na Livro7 localizada em Recife. Lá se fizeram presentes figuras ilustres do estado, das quais o autor menciona Givanildo e Antônio José da Silva Filho, mais conhecido como Biro-Biro, além de Alceu Valença que pode ser visto na fotografia número 3, cumprimentando Paiva:

Fotografia3: Alceu Valença cumprimenta Marcelo Rubens Paiva em Pernambuco



Fonte: Paiva, 2012

Refletindo sobre vendagem e edições, cabe mencionar, que o livro continua tendo uma boa tiragem, mesmo nos dias de hoje, mais de 30 anos após seu lançamento. Compreendendo este fato e sabendo da importância do livro, tido como referência no Brasil, a Editora Objetiva lançou uma nova edição de *Feliz Ano Velho* (ISBN: 8573027886) em 2006, com capa inédita, em formato 14x21, com 272 páginas em sua composição total, revisado por Joana Milli e Mônica Reis, reforçando assim, a ideia da obra atemporal de Rubens Paiva. Atualmente (2014) o livro pode ser adquirido também em versão digital, o e-book, no próprio *Web Site* da Objetiva. Perguntado sobre a reedição de *Feliz Ano Velho*, Marcelo afirma ter revisado o mesmo, mas sem fazer qualquer alteração. O autor disse que o livro está na íntegra, igual ao lançado em 1982.

Fotografia4: Capa da última edição do livro *Feliz Ano Velho*



Fonte: Editora Objetiva, 2006

No ano subsequente a sua publicação original (1982), *Feliz Ano Velho*, foi levado aos palcos, apresentado em formato de peça teatral pelo grupo paulista “Pessoal do Victor”, explica Bryan (2004). A adaptação da obra foi escrita por Alcides Nogueira e dirigida por pelo autor e dramaturgo Paulo Betti, trabalho este, digno da premiação de melhor direção do ano (Apesp, 1983):

A peça apostou num esquema promocional alternativo, circulando principalmente entre os universitários. Em 1986, na Unicamp, ela foi apresentada juntamente com um show do grupo Legião Urbana, encontro

que se repetiu no teatro carioca João Caetano e na danceteria paulistana Radar Tantã (BRYAN, 2004, p. 325, Apud: BUENO, 2008, p. 3).

No ano de 2013, em comemoração aos 30 anos de *Feliz Ano Velho*, a Unicamp publicou um artigo discutindo a importante relevância da peça, no contexto do teatro que enfatiza a identidade jovem. Nesta matéria é lembrado o sucesso das apresentações não somente em território nacional, mas que acabaram por ser expandidas a uma turnê internacional.

A Unicamp aponta a figura de Marcos Kaloy, como idealizador da peça baseada no livro *Feliz Ano Velho*, dele transcreve-se a fala:

“Além de contar a história do Marcelo, queríamos montar algo sobre a realidade do Brasil, na época comandado pelo regime militar, o mesmo que levou o pai de Marcelo, o ex-senador Rubens Paiva, ao desaparecimento” (Unicamp, 2013, p.1).

Neste mesmo artigo, salienta-se que através da repercussão da montagem da peça, fez com que Kaloy fosse convidado pelo reitor Paulo Renato Costa Souza para dirigir o Festival Internacional de Teatro da Unicamp.

Com um elenco consagrado – como pode ser percebido na fotografia número 5 – a peça expandiu-se e popularizou-se rapidamente. Depois de lotar os teatros brasileiros, *Feliz Ano Velho*, foi levado aos palcos internacionais, primeiramente participando Festival Internacional de Teatro de Cuba, e logo em seguida do festival de Nova York. Depois, México e Porto Rico também receberam o espetáculo, afirma o artigo publicado pela Unicamp (2013).

Fotografia5: Elenco da peça *Feliz Ano Velho* em 1983



Fonte: Unicamp, 2013

No ano de 1987, *Feliz Ano Velho* foi transmitida também para as telas de cinema, transformando-se em um longa metragem de aproximadamente 105 minutos, com roteiro e direção de Roberto Gervitz. O filme foi produzido pela Tatu Filmes, de Cláudio Kahns, com a Embrafilme e conta com um elenco convincente, dos quais é possível mencionar: Marcos Breda, Betty Gofman, Malu Mader e Eva Wilma.

Sobre a adaptação da obra, para a criação do roteiro do filme, construído por Gervitz, Paiva diz:

Um Marcelo, que talvez seja eu, debruçou-se numa máquina de escrever para falar de sua aldeia. Inventou Feliz Ano Velho. Tentou resgatar sua memória num jogo honesto onde nem suas fraquezas foram reprimidas. Um Mário, que talvez seja eu, aparece na grande tela do cinema vivendo a angústia de começar de novo e de crescer, crescer, sempre crescer. É um filme diferente do livro. E como filme, foi além do previsível. Ousou, inventou outros personagens, criou novas cenas, novos símbolos. Optou por recontar a história e não simplesmente reproduzi-la. E isso é arte. Obrigado, Roberto, é um grande filme. (PAIVA, 1988, p. 20. Apud: GERVITZ, 1988).

Em relação à divulgação, Bueno (2008) relata que o filme baseado no livro *Feliz Ano Velho*, foi anunciado nos jornais sob a seguinte manchete: “A Geração 70 chega ao cinema”. Essa manchete, segundo o autor faz menção à geração que já tinha aportado na literatura juvenil entre as décadas de 70 e 80, com temas relevantes, que envolviam questões urbanas, problematização relativa ao autoritarismo político, popularização das drogas e do sexo, e formação identitária jovem. “Os problemas sociais e a revelação de aspectos violentos da realidade brasileira afastaram a literatura juvenil do segmento infantil e a aproximou do relato jornalístico e biográfico. Era o caso de *Feliz Ano Velho* (1982), de Marcelo Rubens Paiva” (Bueno, 2008, p. 2).

A estratégia de pré-lançamento também se apoiou em um mecanismo de projeção e identificação do seu público alvo. Bueno (2008), revela que o filme foi exibido para dez jovens convidados, no Cine Gazeta, antecipadamente. Estes espectadores cederam uma entrevista ao jornal A Folha de São Paulo relatando suas percepções e sensações a respeito do longa e das experiências vivenciadas pelo protagonista. O debate e as colocações deram origem a reportagem intitulada

“Temos nosso próprio tempo”¹⁵, que auxiliou na divulgação do filme e consequentemente na conquista de novos telespectadores.

Ainda de acordo com Bueno (2008), três dias após o lançamento oficial do filme nos cinemas, o roteiro de *Feliz Ano Velho* foi lançado pela editora Brasiliense na décima edição da Bienal Internacional do Livro, na capital paulistana. O evento contou com uma sessão de autógrafos do diretor e roteirista Roberto Gervitz, além das presenças do autor Marcelo Rubens Paiva, do protagonista Marcos Breda e do produtor Cláudio Kahns. Agregando o que *Feliz Ano Velho* representava, desde seu lançamento, suas reedições, adaptação para o teatro e, agora, ganhando vida nas telas de cinema, o então editor da Brasiliense, Caio Graco Prado, afirmou que o livro original “era um fenômeno de vendas e que o roteiro somente viria completar”.

¹⁵Bueno (2008) explica que a intitulação da matéria da Folha de São Paulo, faz menção a música “Tempo Perdido” do Grupo Legião Urbana.

CAPÍTULO 3

3.1 A narrativa como memória e como memória coletiva

Feliz Ano Velho é a prova que é possível relacionar a História e a Literatura. É também um monumento histórico. E mais, é um elo de construção entre a narrativa como memória e a narrativa como memória coletiva.

Marcos Napolitano (2001) chamou-o de “febre de poesia e literatura jovem e alternativa”, afirmando também que “Livros como *Feliz Ano Velho* de Marcelo Rubens Paiva e Morangos Mofados, de Caio Fernando Abreu, marcaram época, chegando a várias edições consecutivas” (p. 126).

Sendo assim, não há dúvidas em afirmar o quão importante foi (e ainda é) a obra de Marcelo Rubens Paiva. Sua importância vai além da narrativa de suas memórias, pois entra em um campo onde a memória coletiva se manifesta e se faz presente diretamente junto à parte dos seus milhares de leitores que a leram.

Destaco a importância de esclarecer que a narrativa vista como memória tão somente, está totalmente atrelada à memória coletiva. Le Goff (1990) já trouxe isso à tona ao mencionar que:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. (LE GOFF, 1990, p. 476)

Esta concepção de memória e memória coletiva se torna evidente em *Feliz Ano Velho*. Ao mesmo tempo em que o autor usa de suas memórias para descrever momentos de sua vida, ele insere ao discurso situações amplas que envolvem o país como um todo, inclusive no sentido histórico. Embora o leitor não tenha vivido as situações ali narradas, certamente após a leitura, ele as reconhecerá quando expostas em outro cenário ou abordadas em algum momento. Esse reconhecimento é o momento exato em que a memória e a memória coletiva se emaranham. Separá-las ou conceituá-las como construções distintas seria no mínimo incoerente.

Le Goff (1990) ao esclarecer a importância acerca do reconhecimento e uso da memória, também afirma que:

O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. No estudo histórico da memória histórica é necessário dar uma importância especial às diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita como também às fases de transição da oralidade à escrita (LE GOFF, 1990, p. 426)

E prestigia a literatura, ao lado da filosofia, quando afirma serem estas as duas áreas que expandiram o uso da memória social. Tanto que sobre isso, o autor coloca que *“Para voltar à memória social, as convulsões que se vão conhecer no século XX foram, parece, preparadas pela expansão da memória no campo da filosofia e da literatura”* (p. 471). E em seguida, suscita a memória coletiva, afirmando que:

A memória coletiva sofreu grandes transformações com a constituição das ciências sociais e desempenha um papel importante na interdisciplinaridade que tende a instalar-se entre elas. A sociologia representou um estímulo para explorar este novo conceito, assim como para o conceito do tempo. Em 1950, Maurice Halbwachs publicou o seu livro sobre as memórias coletivas. A psicologia social, na medida em que esta memória está ligada aos comportamentos, às mentalidades, novo objeto da nova história, traz a sua colaboração. A antropologia, na medida em que o termo "memória" lhe oferece um conceito melhor adaptado às realidades das sociedades "selvagens" que esta estuda do que o termo "história", acolheu a noção e explora-a com a história, nomeadamente no seio dessa etno-história ou antropologia histórica que constitui um dos desenvolvimentos recentes mais interessantes da ciência histórica. Pesquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva não mais nos acontecimentos, mas ao longo do tempo, busca dessa memória menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas; é uma conversão do olhar histórico. Conversão partilhada pelo grande público, obcecado pelo medo de uma perda de memória, de uma amnésia coletiva. (LE GOFF, 1990, p. 472)

Alinhado a todos os processos sociais e históricos, a memória dos que vivenciaram tais processos ou que o reconheceram de alguma maneira, posteriormente se fez presente em determinados aspectos. O período ditatorial que regeu o Brasil durante mais de duas décadas, entre 1964 e 1985, deixou muitas marcas históricas e sociais, sobretudo nos que viveram e foram vítimas desse sistema. No entanto, toda a imposição não foi capaz de calar e apagar a memória dos que mesmo vivendo um período escuro, seguiram acreditando em tempos melhores e acima de tudo na liberdade e igualdade.

Centenas de pessoas desapareceram, outras mais foram presas, torturadas, exiladas e até mortas. Porém os que sobreviveram carregam a consciência que o passado foi marcado por dramas e injustiças que serviram de suporte para a

organização e criação de um amplo movimento de luta rumo à construção de uma sociedade menos impositiva e mais democrática. Eis que fazemos parte dessa construção até hoje.

Quando pretendemos buscar memórias que se referem e representem partes desse período, é que podemos nos remeter a Marcelo Rubens Paiva, autor e protagonista do livro *Feliz Ano Velho*, escrito em primeira pessoa, tornando-o uma narrativa de sua história e suas memórias. O autor, desta forma, é uma testemunha da história política e social do país, afinal, esse tipo de obra traz em sua narrativa a oportunidade do leitor acompanhar a história de vida de pessoas atingidas direta ou indiretamente pelo regime militar.

O livro, lançado em 1982 é fruto de um acidente que Marcelo sofreu alguns dias antes do natal de 1979. E é por esse período festivo de final de ano que o livro recebeu tal nome. Muito provavelmente, Marcelo o tenha escolhido a partir da seguinte constatação que fez ainda no hospital, apenas alguns dias depois de ter sofrido o acidente:

Minha mãe era quem ficava comigo de noite. Ela voltava de São Paulo e dava janta pra mim. Esperava até eu dormir, dava um tempo e ia embora. Mas essa noite, pouco antes da meia-noite, acordei com fogos e gritaria na rua. Era ano-novo. E mudança de década: 1980. Não haveria champanhe, serpentinas ou abraços. Eu estava só.

— Feliz ano-novo, Marcelo.

— Pra você também, Marcelo.

Admirava a alegria das pessoas na rua, uma alegria da qual não fazia parte. Estava triste e só. Adeus, Ano Velho, feliz Ano-Novo. Não tinha o mínimo sentido. As lágrimas rolaram, chorei sozinho, ninguém poderia imaginar o que eu estava passando. Nada fazia sentido. Todos sofriam comigo, me davam força, me ajudavam, mas era eu que estava ali deitado, e era eu que estava desejando minha própria morte. Mas nem disso eu era capaz, não havia meio de largar aquela situação. Tinha que sofrer, tinha que estar só, tão só que até meu corpo me abandonara. Comigo só estavam um par de olhos, nariz, ouvido e boca. *Feliz Ano Velho, adeus, Ano-Novo.* (PAIVA, 1986, p. 46)

Em uma análise fria do seu livro, podemos dizer que o que inspirou Marcelo a escrevê-lo é o que de fato preenche a maioria das páginas da sua obra. No entanto, se analisarmos o que o autor nos traz, é possível notar que sua obra vai muito além de seu relato pessoal, pois o livro é repleto de momentos que ultrapassam o acidente como principal assunto abordado.

De maneira coloquial, o autor relembra histórias sem se comprometer com a cronologia. Ele faz uso de uma memória livre, que se permite ir e vir, sem

classificação, sem obrigações de delimitação de tempo, espaço ou assunto. Marcelo constrói sua narrativa conforme se lembra de histórias que aconteceram antes do acidente, paralelamente aos momentos que se seguiram no seu processo de recuperação, tanto no hospital, quanto em casa. É por esses momentos que o livro é considerado mais que uma autobiografia, ele se torna um documento na construção de sua história, paralela à história do país. Desta maneira, Marcelo mostra, a partir de sua narrativa, como sua memória é influenciada pelo passado e pelo peso afetivo das situações que se fizeram presentes em sua vida, pela importância que familiares e amigos tiveram perante sua vivência e, conseqüentemente, na organização de seu texto. Nesse sentido, os elementos afetivos são ativadores da memória do autor e podem ser percebidos várias vezes durante a narrativa, como por exemplo, quando ele expõe:

De que vale a eternidade? Um orgasmo dura poucos segundos. A vida dura poucos segundos. A história se fará com ou sem a sua presença. A morte é apenas um grande sonho sem despertador para interromper. Não sentirá dor, medo, solidão. Não sentirá nada, o que é ótimo. O sol continuará nascendo. A terra se fertilizará com o seu corpo. Suas fotografias amarelarão nos álbuns de família. Um dia alguém perguntará:
 — Quem é esse cara da fotografia?
 — Ninguém que interesse.
 Meu R.G. irá para outra pessoa. Meu violão se desintegrará em algum depósito de velharias. Meu gravador será roubado por um trombadinha. As cuecas, minhas irmãs poderão guardar para seus filhos, mas aconselho jogar fora, pois até lá já estarão fora de moda...
 Tchau, mãe. Se cuida, tá? Thais e Ana, vocês são belas mulheres. Cassy, continue tocando, que você chega lá. Virgínia, pena você não ter me amado como eu te amei. Veroca, Eliana, Nalu e Big, juízo, hein? Gorda, você é um cara incrível. Ricardo, meu irmãozinho, o cara quemais me conhece. Nana querida, não fique com raiva de mim, eu tentei gostar de você, mas não dava, eu tava muito chato. Marcinha gracinha, você é uma fofa. Fabião, vá à luta, meu chapa. Mariúsa mãezinha, valeu a força que você me deu. Gureti, vê se fica menos briguenta. Maurão, seu veado, não beba tanto. Bundão querido, cuida bem delas, tá? Zequinha, seu louco, largue um pouco os livros, bata mais punheta. Celso, lindo, você é duca. Nelson e Olaf, cuidem bem da chácara. Betão, Rubão, Max, lembrem de minhas posições políticas. Laurinha fofa, emagreça um pouquinho. Milu, você tá me devendo uma transa, hein? Tchau, pessoal, feliz ano-novo pra vocês. Continuei chorando. (PAIVA, 1986, p.47)

Ou quando volta sua história e relata algo pessoal que tenha ligação com a história do país em geral, mencionando o desaparecimento do pai, a postura do governo e o que a família sentia em relação a isso:

No começo de 1974, morando em Santos, a família Rubens Paiva já não tinha qualquer esperança de que o homem da casa estivesse vivo. Os

boinas-verdes desse país continuavam afirmando que ele fugira. E como diz a música: “Começar de novo...” (PAIVA, 1986, p. 153)

O contexto sócio-cultural exposto na narrativa nos permite estar diante de um modelo inaugurado pelos textos de ex-exilados políticos, pois revela o que poderia ter sido calado ou esquecido. Nesse sentido, Marcelo Rubens Paiva, através de sua obra, faz uma espécie de fio condutor deste período, pois nos permite rever as situações que o autor mencionou sobre os anos de ditadura vividos no Brasil, tais como o desaparecimento do seu próprio pai, que se tornou mais uma das vítimas da repressão política do período. E exatamente sobre isso, Marcelo afirma:

Rubens Paiva não foi o único “desaparecido”. Há centenas de famílias na mesma situação: filhos que não sabem se são órfãos, mulheres que não sabem se são viúvas. Provavelmente, o homem que me ensinou a nadar está enterrado como indigente em algum cemitério do Rio. O que posso fazer? Justiça neste país é uma palavra sem muita importância. As pessoas de farda ainda são os donos do Brasil, e eles tem um código de ética para se protegerem mutuamente (como no caso do Riocentro). (PAIVA, 1986, p. 65)

É possível pensarmos que *Feliz Ano Velho* pode ser compreendido como um símbolo de uma memória dual, pois se refere a dois momentos diferentes que se entrelaçam tanto na história pessoal do autor, quanto na história do país. O primeiro sentido é individual, enquanto o segundo refere-se ao período político que o país vivia e que estava intrinsecamente ligado a Marcelo. Nesse sentido, o autor usa do seu imaginário e da sua experiência para fazer representações do mundo no qual estava inserido. Por isso suas representações são permeadas de subjetividades e intencionalidades. Intencionalidades estas que nos fazem refletir sobre as repressões sofridas no período do regime militar pós-64.

Marcelo faz parte de uma sociedade que evoluiu a partir da metade do século XX quanto ao redirecionamento do papel da memória. Sobre isso, Le Goff (1990) afirma que:

A evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e aval, ecossônico (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. (LE GOFF, 1990, p. 475)

Essas memórias não poderiam cair no esquecimento de uma parcela da população que se rebelou contra o autoritarismo, na defesa de um ideal democrático. Assim, à medida que Marcelo contribuiu para a construção de uma dada memória coletiva, através do resgate de experiências vividas e certos acontecimentos, compreendemos que seu livro é um lugar de memória viva, à medida que consegue romper com o que é transmitido de forma “oficial”. A memória é assim um fenômeno vivo, dinâmica e em permanente construção.

Por tudo isso, é possível considerar que *Feliz Ano Velho* é não somente um produto cultural da sociedade brasileira. Ele é também um monumento histórico, pois nos permite acessar algumas faces de uma história recente e conflituosa do nosso país que talvez não esteja tão explícita para o público leitor em geral através de outros mecanismos.

Feliz Ano Velho, como já dito anteriormente, é considerado o livro dos anos 1980, não apenas por ultrapassar a marca de 700 mil exemplares vendidos, mas também porque o auto-narrador se aproxima muito do perfil do leitor jovem da época. A linguagem coloquial, reforçada pelo autor, reforçada pela narrativa de acontecimentos com expressões do dia-a-dia, propôs uma forma agradável de leitura ao público.

Marcelo leva ao público leitor, questões importantes referente aos anos em que o Brasil esteve sob regime ditatorial, bem como elementos e ideologias herdadas da educação política recebida através de seu pai. Isso faz com que sua obra se inclua dentro da perspectiva memorialista, apresentando uma autobiografia jovem e com o caráter de depoimento mesclado de sentimentalismo regados às nostalgias, indignação, revolta, naturalidade e humor.

Segundo Walter Benjamin (1985) o método de narrar, ou melhor, “a faculdade de intercambiar experiências” de comunicação não se encontra habitualmente, pois o ato de trocar experiências entre as pessoas vem caindo em desuso, em função da competitividade predominante no mundo atual e do desenvolvimento que conduz a um compasso acelerado na movimentação da sociedade atual. É por esse motivo que as narrativas atuais necessitam acompanhar um novo ritmo, tornando-se mais breves e envolventes, já que o mundo moderno por apresentar uma grande quantidade de informações que nos chegam facilmente pela televisão, pelo rádio, pelo jornal, entre outros, apresenta características que não combinam com narrativas longas que levem o público, nesse caso leitor, ao desinteresse.

A história de Marcelo Rubens Paiva faz parte afetivamente do passado que narra, sendo também parte integrante da trama social do momento histórico em que escreve. Momento este que vinha inaugurando novos aspectos da cultura de massa, como por exemplo, a televisão que já se firmava como veículo de perpetuação da indústria cultural no Brasil, regida conforme regras do sistema capitalista que se implantarano país.

Em alguns momentos de sua narrativa, entre memórias e relatos, Marcelo deixa evidente sua indignação em relação à repressão praticada no período ditatorial no país. Ele é bastante enfático ao citar situações e personagens do período mais duro da ditadura, compreendido entre 1969 e 1974, sob o comando do presidente ditador Médici. Ao relembrar o desaparecimento do pai e as contradições acerca do caso, Marcelo afirma:

O sadismo de alguns imbecis que apenas por vestirem fardas e usarem armas se acham no direito divino de tirar a vida de uma pessoa, pelo ideal egoísta de se manter no poder (...) Mas nunca vão matar aquela esperança que a gente tem de um mundo melhor, que eu não sei direito como vai ser, mas tenho certeza de que gente tipo "o oficial loiro, de olhos azuis", tipo Brigadeiro Burnier e tipo Médici não vai ter. (PAIVA, 1986, p. 65)

E segue falando do seu dia-a-dia no hospital durante o período de recuperação. Essas manifestações não passam despercebidas pelo olhar mais atento do historiador, que muitas vezes procura uma obra literária para buscar apontamentos históricos sobre determinado assunto. No entanto, para o leitor comum do livro, essa informação também está colocada. Talvez a importância que este dê para aquelas linhas seja menor; talvez esse leitor não faça associações com a História recente do país; mas talvez ele as faça, e mais tarde, reconheça esse discurso embutido em alguma situação que o remeta à obra de Marcelo. Pensando que este seja o papel da memória coletiva, é plausível dizer que o livro, reconhecido como monumento ou como local de memória, é sim uma ferramenta que auxilia a construção da memória coletiva.

Mais do que trazer à tona suas memórias e partilhar de sua recuperação, Marcelo traz ao leitor os mecanismos que ele usou para reorganizar sua vida. Paralelamente a essa reorganização, entre altos e baixos, Marcelo faz comentários também sobre o período de pós-anistia, que ia se encaminhando para o fim da ditadura. Suas lembranças se tornam mais candentes, porque sua família, que foi

mais uma entre as milhares de atingidas pelo sistema repressor, tem agora histórias que, em outras condições, não seriam produzidas e acabariam caindo no esquecimento, em virtude das memórias oficiais:

É na memória individual e na autobiografia encravada na comunicação difusa entre as gerações que se tem buscado encontrar a memória coletiva; é através das representações pessoais que se tem buscado às representações coletivas. (HABWACHS, 1990, p. 106)

Já é sabido que Marcelo Rubens Paiva pertenceu a uma geração de jovens escritores que buscaram em suas memórias a remontagem de fatos históricos, paralelos à sua trajetória pessoal, pois padeceram o reflexo dos acontecimentos vivenciados. E como outros tantos, com sua obra, Marcelo deixa claro sua indignação com o estado de estagnação social e política oriunda da ditadura militar na época, pois ele simpatiza com ideias revolucionárias, características da geração dos anos 1970 e acreditava na possibilidade de viver em um mundo melhor, diferente deste:

A intuição sobre a razão, na pureza da alma, do amor, do entendimento entre seres humanos que pensam, mas estão de saco cheio de dever obrigações com a sociedade. Estão de saco cheio de representar um papel, um estereótipo, de serem classificados, de serem cobrados. (...) Não estou querendo dizer que proponho agora que todos abandonem a fala e comecem a se entender por música (nem acho que a gente deva se alienar de um papel político na sociedade), mas sim que se mantenham relações espirituais com determinadas pessoas em determinados momentos. (PAIVA, 1986, p. 135-136)

O testemunho presente na narrativa de Marcelo faz-se como um lugar de memória, pois também permite a sobrevivência do imaginário daqueles que foram anulados e calados. Marcelo, além de contar e recontar sua história, faz denúncias, critica o autoritarismo e a brutalidade que exalou no governo ditatorial. É direto ao dizer exatamente o que pensa sobre os acontecimentos e não parece temer a censura e a ditadura. Com essas convicções e coragem, ele deixa explícito ao leitor seu posicionamento político de cidadão brasileiro e de filho órfão. Não dá espaço para o meio termo e assim transpassa a construção de uma memória sua, que vai se concretizar como uma memória coletiva.

3.2 Acontecimentos atuais no “Caso Rubens Paiva”

Desaparecido desde 1971, Rubens BeirodtPaiva é mais um brasileiro que acresce a lista de “Mortos e desaparecidos políticos no Brasil de 1964 – 1985”. Sua morte foi constatada devido aos acontecimentos que sucederam sua prisão no dia 20 de janeiro de 1971, no entanto seu corpo nunca foi encontrado. Ele não era um militante anônimo, tanto que era conhecido como político atuante e até hoje é variavelmente lembrado.

Além de ter sido bastante mencionado no primeiro livro de seu filho, *Feliz Ano Velho*, lançado 11 anos após seu desaparecimento, Rubens Paiva recebeu uma dedicatória do filho em outro livro, escrito em 1996, intitulado “Não és tu Brasil”. O livro reconta o cerco das Forças Armadas aos guerrilheiros, entre eles Carlos Lamarca, da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR - no Vale do Ribeira. A dedicatória é emocionalmente breve e diz “*Este livro é dedicado ao meu pai, Rubens Paiva que viveu como poucos, fez o que deveria ser feito e foi morto porque arriscou ser solidário*”. Além deste, outra obra que me chegou às mãos tem um a dedicatória para Rubens. Desta vez, refiro-me ao livro de Flávio Tavares, “Memórias do Esquecimento”, que faz uma espécie de relato sobre sua prisão e tortura após o golpe de 1964, bem como sua liberdade trocada pela liberação do embaixador americano, seqüestrado por grupos revolucionários em 1969. A dedicatória que Flávio escreveu foi: “*A Rubens Paiva, e a todos os que, como ele, já não estão entre nós*”.

Além destas dedicatórias, recentemente algumas notícias sobre o seu desaparecimento estão vindo à tona para a sociedade em geral. Embora a família nunca tenha desistido da investigação, muito tempo se passou até que no mês de novembro de 2012, mais de 41 anos depois de seu desaparecimento, a Comissão Nacional da Verdade¹⁶ – CNV – iniciou as investigações sobre o seu caso depois de ter recebido uma série de documentos comprobatórios referentes à prisão de

16A Comissão Nacional da Verdade foi criada a partir da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011 e tem o seguinte texto em seu primeiro artigo: Art. 1º: É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. Informações disponíveis em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12528.htm> Acesso em 26 out. 2014.

Rubens Paiva. Segundo consta nos autos do Relatório Preliminar da CNV¹⁷, publicado em 26 de fevereiro deste ano:

Em novembro de 2012, foram entregues à CNV, pelo governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, em cerimônia pública que contou com a presença de Maria Beatriz Paiva Keller, filha de Rubens Paiva, documentos que estiveram sob o poder do coronel Júlio Miguel Molinas Dias, ex-comandante do DOI do I Exército, no Rio de Janeiro. Os documentos haviam sido apreendidos pela Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, após o assassinato do coronel Molinas em 1º de novembro de 2012. Entre os documentos apreendidos, foi identificado documento do DOI do I Exército, do Ministério do Exército, datado de 21 de janeiro de 1971, intitulado “Turma de Recebimento”, que constituiu importante fonte para o esclarecimento das circunstâncias da prisão arbitrária e ilegal de Rubens Beirodt Paiva. Nesse documento, fica atestada a entrada de Rubens Paiva no DOI no dia 20 de janeiro de 1971, encaminhado pelo Quartel da 3ª Zona Aérea, pela equipe do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). Na folha descrevem-se documentos pessoais de Rubens Paiva, como cartão de identificação de contribuinte, um cartão Diners Club, carteira de habilitação, cinto de couro preto, canetas, relógio (“de metal branco marca Movado), dinheiro (“duzentos e sessenta cruzeiros”) e 14 livros, de diversos autores e 4 cadernos de anotações. (p. 5)¹⁸

Além destes documentos citados, o relatório preliminar traz termos de declarações de Cecília de Barros Correia Viveiros de Castro na Delegacia de Ordem Política e Social da Superintendência Regional do Departamento da Polícia Federal no Rio de Janeiro (DOPS/SR/DPF/RJ) sobre o “caso Rubens Paiva”, que comprovam a presença e identificação de Rubens pelos citados departamentos. Em seguida a estas declarações, o relatório apresenta também ao conhecimento público, o depoimento do então tenente-médico Amílcar Lobo prestado em 1986, que fala sobre as torturas sofridas por Rubens, que declara como o preso estava fisicamente ao examiná-lo, deduzindo tal estado ser uma consequência da tortura que o mesmo havia sofrido. Além destes resgates, a CNV também aponta contradições na versão forjada pelo Exército brasileiro, de que Rubens Paiva teria escapado após a interceptação do veículo que o transportava em suposta diligência do DOI.

Foram lembrados ainda cartas de esclarecimento do Coronel Ronald José Motta Batista de Leão de 2013; o termo de declaração de agente testemunha ocular das torturas sofridas por Rubens Paiva, encaminhados à CNV; depoimento prestado à CNV pelo General José Antonio Nogueira Belham; e a pesquisa da CNV sobre

17 Relatório Preliminar publicado no site oficial da Comissão Nacional da Verdade - <<http://www.cnv.gov.br/>>. Fragmento consultado e extraído deste site. Acesso em 22 out. 2014.

18 Idem.

identificação da autoria da morte sob tortura de Rubens que inclusive traz o seguinte trecho do livro *Feliz Ano Velho*, de Marcelo:

Segundo versão de dona Cecília [Cecília de Barros Correia Viveiros de Castro], ela, outra mulher e meu pai permaneceram de pé muito tempo, com os braços pra cima, num recinto fechado. Com a longa duração do castigo, dona Cecília fraquejou, sendo amparada por meu pai, que estava ao lado dela. A atitude dele irritou o chefe do interrogatório, descrito como ‘um oficial loiro, de olhos azuis’, que atacou meu pai e começou a surrá-lo. – Vocês vão matá-lo, gritou uma das mulheres. Isso fez com que esse oficial ficasse completamente fora de si e, agarrando a mulher pelos cabelos, forçou-a aproximar-se do meu pai, já estirado no chão. – Aqui não se tortura, isso é uma guerra, gritou o oficial. (p. 64)¹⁹

Por fim, após a reunião dos dados acima citados, o relatório preliminar é finalizado com a seguinte conclusão:

Conclui-se assim, que o general Belham estava no comando do DOI do I Exército nos dias 20 e 21 de janeiro de 1971, acompanhando e ciente das torturas que levaram Rubens Paiva à morte. Estava também no comando do DOI quando se tramou e executou a farsa do resgate de Rubens Paiva nas imediações do Alto da Boa Vista. Era também o comandante do DOI quando se decidiu como ocultar o corpo de Rubens Paiva. Por suas responsabilidades de comandante do DOI, o general Belham é a pessoa mais indicada para esclarecer o destino final do corpo de Rubens Paiva, assim como o nome dos agentes envolvidos na tortura, morte e ocultação de seu cadáver. (p. 17)²⁰

Apesar de o relatório preliminar ter sido divulgado no referido mês de fevereiro deste ano, algumas semanas depois em novos depoimentos, mais informações sobre o “caso Rubens Paiva” vieram à tona. Desta vez, o depoimento foi do coronel Paulo Malhões, que relatou à CNV com detalhes as torturas e mutilações que eram feitas nos presos políticos durante a Ditadura Militar. Paulo Malhões foi agente do Centro de Informações do Exército (CIE) e chegou a ensinar técnicas de tortura a repressores do estado do Rio Grande do Sul. Ele também foi um dos agentes mais ativos da chamada Casa da Morte de Petrópolis, no Rio de Janeiro, um centro clandestino mantido pelo regime militar no início da década de 1970.

As atividades narradas com frieza envolviam práticas para dificultar a identificação de corpos que eram realizadas na Casa da Morte, em Petrópolis.

¹⁹Relatório Preliminar publicado no site oficial da Comissão Nacional da Verdade - <<http://www.cnv.gov.br/>>. Fragmento consultado e extraído deste site. Acesso em 22 out. 2014.
²⁰Idem.

Quatro dias antes do seu depoimento oficial, Malhães também deu sua versão sobre o desaparecimento dos restos mortais do deputado federal Rubens Paiva. O mesmo, afirmou ter jogado os restos mortais de Rubens Paiva no mar fluminense, depois de desenterrá-los de uma praia, onde fora sepultado clandestinamente em 1971. Em seguida, Malhães voltou atrás no depoimento à CNV e negou que tivesse escondido o corpo de Rubens Paiva e mais, abusadamente, também disse que sustentou a versão apenas para conformar a família de Rubens.

Obviamente o depoimento de Malhães tornou-se público, teve repercussão nacional e novamente o “caso Rubens Paiva” vinha à tona. Interessantemente, cerca de um mês depois, no dia 25 de abril, Paulo Malhães foi encontrado morto em sua casa em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. De acordo com a polícia, três homens invadiram a casa, amarraram a mulher do coronel e o caseiro, e procuraram armas. Índícios apontam que o militar foi morto por asfixia. Os homens levaram objetos da casa, além de algumas armas da coleção de Malhães. Segundo a esposa do coronel, antes dos invasores irem embora, eles a soltaram, juntamente com o caseiro, que tinham sido amarrados e ambos se depararam com Malhães morto.

A morte do coronel, sob circunstâncias no mínimo estranhas, depois do referido depoimento, fez com que suspeitas de queima de arquivo sejam pensadas. Por ter sido um agente importante da repressão política na época da ditadura, ele era detentor de muitas informações sobre fatos que ocorreram nos “bastidores” naquela época. Muitas pessoas manifestaram-se sobre o caso e em especial, o coordenador da CNV, Pedro Dallari, que solicitou ao ministro da Justiça, que a Polícia Federal acompanhe as investigações sobre a morte de Malhães. Até o presente momento, o caso está sendo apurado pela Divisão de Homicídios da Baixada Fluminense e ainda não foi solucionado.

Diversamente Rubens é pautado à sociedade, e esse ano em especial, além do relatório sobre sua morte e mais informações serem expostas, mais uma notícia com seu nome e o que ele representa se espalhou pelo Brasil, desta vez positivamente. Pouco mais de um mês atrás, foi inaugurado um busto de Rubens Paiva na Praça Lamartine Babo, na Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro, em frente ao Quartel da Polícia Militar, onde Rubens foi torturado e morto. A inauguração do busto teve uma solenidade, contando com a participação de alguns familiares de Rubens. Em entrevista, uma das filhas, Vera Paiva, comentou que o busto simboliza

um pedaço do pai reencarnado, e disse que todos os desaparecidos e mortos no antigo DOI-Codi deveriam ganhar monumento na praça. E acrescentou:

Para quem tem parente desaparecido, existe uma dificuldade de encerrar o ciclo de luto. Cada um de nós da família decidiu que ele [Rubens Paiva] morreu em momento diferente. Esta será a primeira vez que teremos um espaço para homenageá-lo. O desaparecimento também é uma forma de tortura assumida pelo aparato militar.²¹

A iniciativa de fazer um busto para Rubens Paiva partiu do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, pois o ex-deputado era engenheiro civil. O sindicato foi autorizado pela prefeitura para instalar o monumento, construído pelo escultor Edgar Duviver. O busto foi colocado de costas para o quartel e questionado sobre a escolha do local para instalação do busto, o presidente do Senge-RJ (Sindicato de Engenheiros no estado do Rio de Janeiro), Olímpio Alves dos Santos, comentou que:

Não é uma provocação. É apenas o resgate da memória, para que ela fique sempre presente naqueles que fizeramisso, e naqueles que não sabem o que foi isso. A estátua não está de frente para o Batalhão por nenhum motivo especial. Não recebemos nenhuma pressão do Exército e também não iríamos nos curvar a nenhuma pressão. Esperamos apenas que as Forças Armadas tenham a coragem de limpar essa mancha na sua história, para que não haja convivência e repetição.²²

A seguir, nas fotos, vemos o busto de costas para o quartel, no dia de sua inauguração. A fachada do quartel pode ser visto na fotografia número 6. Em seguida, na fotografia número 7, vemos Vera Paiva, filha de Rubens, ao lado do busto, também no dia da inauguração.

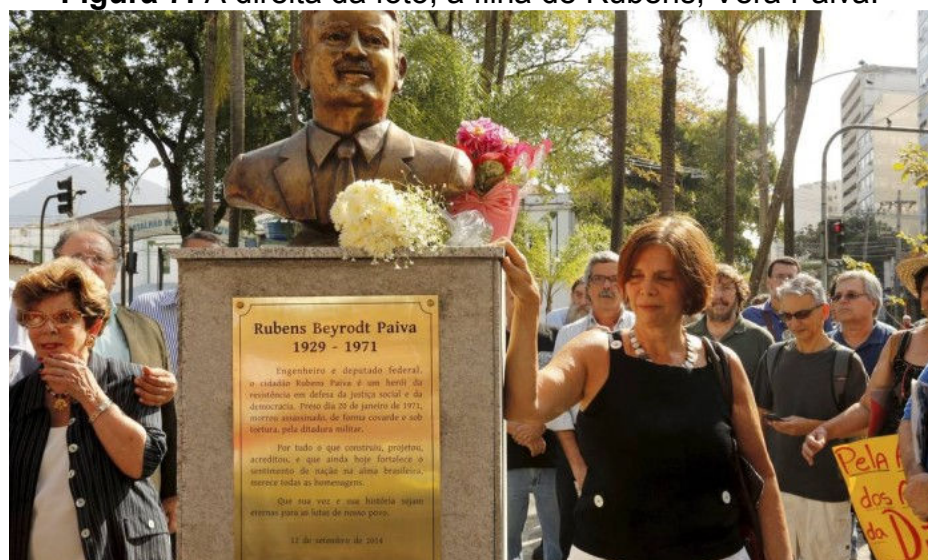
21 Entrevista dada a um dos sites que divulgou a notícia da construção e inauguração do busto. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/brasil/comissao-da-verdade/busto-de-rubens-paiva-inaugurado-em-frente-ao-antigo-doi-codi-13923550#ixzz3HPD7cC00>> Acesso em: 16 out. 2014.
22Idem.

Fotografia 6 - Busto de Rubens Paiva no dia da inauguração



Fonte: O Globo, 2014

Figura 7: À direita da foto, a filha de Rubens, Vera Paiva.



Fonte: O Globo, 2014

E embora o busto muito simbolize essa luta por justiça e reconhecimento, assim como a investigação do “caso de Rubens Paiva” junto à Comissão Nacional da Verdade, o que a família de Rubens expressa, através da fala do filho, Marcelo, é que o que aconteceu com o pai “é uma morte que nunca se enterra”²³.

²³ Fala de Marcelo Rubens Paiva em entrevista, quando questionado sobre o desaparecimento e morte do pai. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D__ZulqMWCE> Acesso em: 26 out. 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história não é somente aquela que aconteceu no passado. Sim, sabemos disso. Ela está atrelada ao nosso presente e às formas de sociedade que vivemos. Conhecê-la e, mais que isso, compreendê-la em suas diversas faces, é no mínimo o primeiro passo para que possamos entender também nossos dias atuais. As ferramentas que usamos para que possa existir essa compreensão podem ser muitas, inclusive a Literatura. Nesse sentido, ao findar nosso estudo debruçado sobre o livro *Feliz Ano Velho*, de Marcelo Rubens Paiva, foi possível fazer várias reflexões acerca da questão memorialística que desencadeou toda a narrativa de Marcelo.

Marcelo Rubens Paiva nos propiciou perceber a história tumultuada de uma geração que sofreu diretamente os efeitos de uma ditadura. O autor consegue revelar acontecimentos assombrosos da ditadura e da repressão política e tratar das angústias e dos problemas enfrentados por milhares de famílias brasileiras que padeceram na pele as conseqüências desse período e de suas imposições.

A partir de suas memórias, narradas sem cronologia e de forma informal, Marcelo demonstra aspectos da sua vida cotidiana de estudante; do movimento estudantil universitário; do momento cultural dos anos de abertura da ditadura; e da anistia concedida aos presos políticos no final dos anos 1970, após muita luta dos familiares de pessoas repreendidas pelo sistema em questão; entre outros. Mais do que descrever passagens referentes aos seus dramas pessoais, como o acidente que deu origem ao livro, o desaparecimento e morte do seu pai, as suas angústias, suas experiências e sua trajetória de vida, Marcelo consegue representar parte da sociedade brasileira do final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

A história que Marcelo traz ao leitor é estreitamente ligada com ele mesmo. É possível reconhecê-lo de maneira nítida em grande parte das passagens narradas. Esse reconhecimento é exposto até mesmo no prefácio do livro, escrito por Luis Travassos²⁴, quando o amigo do autor afirma:

²⁴Luis Travassos, amigo de Marcelo, foi presidente da UNE em 1968 e mais um perseguido político nos anos ditatoriais. Foi para Luis que Marcelo mostrou as primeiras páginas de seu livro escritas no inverno de 1981. Esse texto do prefácio é na verdade, a opinião que Luis teve sobre sua leitura preliminar do livro. Após o breve texto que Marcelo escolheu para que fosse o prefácio de sua obra, o autor esboça uma espécie de resposta ao que Luis escreveu e, por fim, dedica o livro ao amigo. Luis Travassos morreu em 1982, aos 37 anos, antes do livro de Marcelo ser finalizado e publicado.

O teu livro está um barato, especialmente porque dá para sentir um gozo aberto tipo poker descoberto. No fundo eu acho que a transa da literatura está ligada à transa da verdade (assim como a revolução, o amor e um montão de coisas). E é por aí que está todo o pique do que você escreveu. A tua história está transada de um jeito putamente terno, bem humorado, erótico e sedutor, o que, aliás, é a sua maneira de ser (...). Tem uma firmeza no teu texto que espero que você mantenha: é um texto limpo de teorias e com um puta sentimento que expressa e defende suas ideias. Por exemplo, é deliciosa a maneira como na história há elementos críticos sobre as pessoas, comportamentos etc. sem nenhuma cagação de regras ou ironias baratas, mas com uma puta firmeza. (TRAVASSOS, 1986, p. 7-8)²⁵

Ao entrarmos na vida cotidiana de Marcelo, presente em *Feliz Ano Velho*, percebemos como este jovem e iniciante escritor, marcado por tragédias pessoais, consegue se manter vivo e firme para narrar e revelar histórias e pontos de vista de uma geração, de um período e de um país que teve sua trajetória social e política alterada pelos efeitos de uma ditadura militar ruinosa. Seguir Marcelo nesse caminho que ele desenvolve ao longo do livro, nos permite enxergar como a história pode ser constituída em um espaço constante de disputas, onde representações, imaginários e memórias são dimensões de um conflito empregado para resguardar ao futuro determinadas visões do presente e do passado.

Ter a possibilidade de recuperar estas lembranças negadas e silenciadas, através do texto de Marcelo, conduz o historiador a reconhecer a relação que pode haver entre a História e a Literatura, oportunizando a busca das intencionalidades e interesses presentes por trás das narrações construídas pelo autor, a partir de um texto que proporciona o acesso a uma visão que pode corromper e alterar nossas concepções. É por aí que o papel do historiador cabe na interpretação e na ação: decifrar as construções presentes nesse testemunho, procurando reconstruir as várias propostas, idéias e posicionamentos que ficaram pelos caminhos da História.

O livro *Feliz Ano Velho* é um espaço onde Marcelo Rubens Paiva desfaz as limitações impostas pela vida e as limitações impostas pelo silêncio construído durante período ditatorial. Dessa forma, o livro é a constatação que os anos do autoritarismo pós-64 tiveram consequências múltiplas na vida da sociedade brasileira. *Feliz Ano Velho* não é apenas uma narrativa que nos faz conhecer com maior clareza os desmandos cometidos pelos ditadores, mas é também uma descrição do panorama nacional pós-64, das injustiças sociais e da reconciliação do autor com a vida que lhe trouxe surpresas trágicas.

25 TRAVASSOS, Luis. "prefácio". In: PAIVA, Marcelo Rubens. *Feliz Ano Velho*. 56ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Feliz Ano Velho foi mais um dos livros escritos e publicados neste período que se seguiu ao golpe de 1964. Assim, reconhecemos que a Literatura tornou-se um meio de denunciar as atrocidades cometidas pelo regime e de evitar o silenciamento absoluto da sociedade. Portanto, a partir da visão de um personagem, a obra se propõe a refletir sobre o golpe, os anos de ditadura e as atrocidades que aconteceram e ainda aconteciam no nosso país. Vendo dessa maneira, a Literatura pode instituir um relacionamento consistente com a História e apresentar-se como uma possibilidade de ver o mundo, ainda que parcialmente a partir de ficções, e, sobretudo lembrar para as gerações mais novas que não viveram tais períodos, que o nosso país já viveu dias sombrios, em que a esperança foi sonogada a muitos cidadãos.

Podíamos mencionar muitos mortos e desaparecidos que constam nos dossiês e relatórios. Afinal, foram centenas de vidas decapitadas precocemente e outras tantas mais atingidas. Muito nos angustia saber que há esse dado e que possivelmente muitos outros anônimos também configuraram esse período de horror e infelizmente “lembramos de uns em detrimento de outros”. No entanto, se temos a possibilidade de lembrar é porque reconhecemos a História e sabemos o que houve no passado e que invariavelmente faz parte de nosso presente.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **História: a arte de inventar o passado – ensaios de teoria da História**. Bauru, SP: Edusp, 2007.

ARNS, D. P. E. **Brasil nunca mais**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

BALLERINI, C. **Texto com comentários e informações sobre o roteiro de Gervitz**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

BARROS, J. **A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos**. Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, p. 38-63, nov. 2011. ISSN 2237-8871. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria>>. Acesso em: 12 Set. 2014.

BRASIL. *Lei N° 12.528/12*. Cria a Comissão da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm> Acesso em 26 out. 2014.

BUENO, Z. P. **Adaptar o livro, conquistar o público e ampliar o mercado: as estratégias do mercado de filmes juvenis brasileiros**. XI Congresso Internacional da ABRALIC, Tessituras, Interações, Convergências, USP, 2008.

CARDOSO, C. F; VAINFAS, R (orgs.) **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1997.

CARMO, P. S. **Culturas da Rebeldia: a juventude em questão**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

CRUZ, M. A. **Trinta Anos de 'Feliz Ano Velho'**. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2013/07/02/trinta-anos-de-feliz-ano-velho>> Acesso em 03, ago. 2014.

DOSSIÊ DITADURA - Mortos e desaparecidos políticos no Brasil: 1964 – 1985. 2 ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

EDITORIA OBJETIVA. **Feliz Ano Velho**. Disponível em: http://www.objetiva.com.br/livro_ficha.php?id=283> Acesso em 22, ago. 2014

ESTADÃO CULTURA. **Feliz Ano Velho, 20 anos depois**. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,feliz-ano-velho-20-anos-depois,20021213p2755>> Acesso em 22, ago. 2014.

FERREIRA & DELGADO, op. cit.; FERREIRA, J. **O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964**. In: FERREIRA E DELGADO, op. cit.

FIDALGO, M. **Marcelo Rubens Paiva fala de sua carreira e adianta para o Saraiva Conteúdo, detalhes de seu novo livro.** Disponível em: <<http://www.saraivaconteudo.com.br/Entrevistas/Post/47199>> Acesso em 02, ago. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Brasiliense lança roteiro do filme 'Feliz Ano Velho'.** São Paulo, 26 ago.1988, Suplemento Viva, p.5-6.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERVITZ, R. **Feliz Ano Velho – O filme.** Roteiro. Coleção Aplauso Cinema Brasil, 1988.

GRYNSZPAN, M. **Aquestão agrária no Brasil pós 1964 e o MST.** In FERREIRA & DELGADO, op. cit., 319-320.

HABWACHS. Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo. Edições Vértice, 1990.

LEENHARDT, J.; PESAVENTO, S. J. (Org.). **Discurso histórico e narrativa literária.** Campinas: UNICAMP, 1998, p. 251-71.

LE GOFF, J. **História e Memória.** 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEITE, L. **“Literatura e História. Notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos”.** *Literatura e Sociedade.* n. 05. São Paulo. USP/DTLLC, 2000, p. 18-28.

MARINHO, R. **Busto de Rubens Paiva é inaugurado em frente ao antigo DOI-CODI.** Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/comissao-da-verdade/busto-de-rubens-paiva-inaugurado-em-frente-ao-antigo-doi-codi-13923550#ixzz3HPD7cC00>> Acesso em: 16 out. 2014.

MEIRELLES, E. **A geração 70 chega ao cinema.** O Estado de São Paulo, São Paulo, 15 jun.1988, Caderno 2, p. 10.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura Brasileira: utopia e massificação(1950 -1958).** SãoPaulo, Editora Contexto - 2001.

PADRÓS, E. S. **Cone Sul em tempos de ditadura. Reflexões e debates sobre História Recente.** Porto Alegre: EVANGRAF – UFRGS, 2013.

PAIVA, M. R. **Feliz Ano Velho.** 56° ed. São Paulo: Brasiliense, 1986

PAIVA, R. M. **Memórias de um escritor sem Memórias.** Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/marcelo-rubens-paiva/ser-famoso-e-bacana/>> Acesso em 01 ago. 2014.

PESAVENTO, S. J. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RELATÓRIO PRELIMINAR DE PESQUISA CASO RUBENS PAIVA. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em 22 out. 2014.

SELIGMANN-SILVA, M. **O local da diferença: ensaios sobre a memória, arte, literatura e tradução**. São Paulo: 34, 2005.

SILVA, D. **Nos bastidores da censura: sexualidade, literatura e repressão pós-64**. São Paulo: Liberdade, 1989.

SILVA, F. C. T. da. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985**. In: FERREIRA & DELGADO, op. cit., 260.

SILVA, J.B.P. **Geração Coca-Cola: escrita em si, memória e cultura jovem em Feliz Ano Velho, de Marcelo Rubens Paiva**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2012.

SODRÉ, N. W. **Vida e morte da ditadura**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOUZA, R. A. de. **Teoria da Literatura**. 2. ed. São Paulo, Ática, 1987

TAVARES, F. **Memórias do Esquecimento**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2012.

TRAVASSOS, Luis. “prefácio”. In: PAIVA, Marcelo Rubens. **Feliz Ano Velho**. 56° ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VENTURA, Z. **1968, o ano que não terminou: a aventura de uma geração**. 17.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WEBER, R. **Os Rapazes da RS-30: jovens metropolitanos dos anos 80**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

YOU TUBE. De frente com Gabi – Entrevista com Marcelo Rubens Paiva – Parte 3. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D__ZulqMWCE> Acesso em: 26 out. 2014.